



EDIÇÃO DE TEXTO NUMA NÃO-EDITORIA:

Relatório de Estágio no Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Edição de Texto realizado sob a orientação científica do Professor Doutor João Luís Lisboa

Dália Raquel Ricardo Rodrigues

Março 2019

AGRADECIMENTOS

Agradecer às vezes não chega. Às vezes é demais. Contudo, obrigada:

Aos meus pais, por todas as boleias, sopas, apoio, paciência e pelo sentimento quente e acolhedor de chegar a casa.

Aos meus amigos e amigas pelo apoio, motivação, companhia e por me impulsionarem sempre ao encontro de mais e melhor, por me darem “empurrões”, por nunca me deixarem desistir ou duvidar de mim mesma.

Ao Professor Doutor João Luís Lisboa pela orientação e apoio.

Ao Departamento de Sistemas de Informação, Estatística e Qualidade (DSIEQ), à Direção de Serviços do Livro e a muitas outras pessoas fantásticas na Torre do Tombo que tão bem me acolheram e tanto me ensinaram. Obrigada pelas palavras, experiências interessantes e possibilidade de ir para além dos meus limites.

RESUMO

O presente relatório de estágio curricular no âmbito do Mestrado em Edição de Texto pretende não só demonstrar e refletir sobre as tarefas realizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, como também apresentar uma reflexão sobre o que é a edição e como se pode aplicar a não-editoras. São debatidas questões relacionadas com a revisão, edição eletrónica, publicações *online*, paginação e *design* editorial.

PALAVRAS-CHAVE:

edição de texto,
revisão, paginação,
design editorial,
publicação online,
edição eletrónica,
estágio curricular,
relatório, não-editora

ABSTRACT

KEYWORDS:

editing & publishing,
proofreading, page
make-up, editorial
design, online
publishing, online
editing, internship,
report

In the scope of the Master's Degree in Editing and Publishing, this internship report seeks to demonstrate and reflect upon the tasks carried out in the National Archives of Torre do Tombo, as well as present a reflection on what editing is and how it can be applied to institutions which are not publishers. Topics and questions related to proofreading, editing, electronic editing, online publishing, page make-up and editorial design are pinpointed and discussed.

INTRODUÇÃO	1
I. A DGLAB, O DSIEQ E A TORRE DO TOMBO	2
1 · O ESTÁGIO NA TORRE DO TOMBO	3
2 · MÉTODOS DE TRABALHO	4
II. EDIÇÃO EM CONTEXTOS DIFERENTES	6
III. EDIÇÃO NA TORRE DO TOMBO	9
1 · REVISÃO	9
1.1 Problemas e soluções	11
2 · EDIÇÃO ELETRÔNICA E PUBLICAÇÃO <i>ONLINE</i>	14
2.1 Em contexto de <i>websites</i>	15
2.2 Anyflip	16
3 · PAGINAÇÃO E <i>DESIGN</i> EDITORIAL	19
3.1 Princípios fundamentais	20
3.2 Obstáculos e soluções	21
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25
TABELA I	27
TABELA II	28
TABELA III	29
ANEXO I	30
ANEXO II	33
ANEXO III	34
ANEXO IV	35
ANEXO V	38
ANEXO VI	41
ANEXO VII	45

O presente relatório de estágio visa analisar e refletir sobre as tarefas realizadas no estágio curricular que ocorreu na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), mais concretamente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), no Departamento de Sistemas de Informação, Estatística e Qualidade (DSIEQ), entre setembro e novembro de 2018, com orientação no local de estágio oficialmente pela Técnica Superior Sónia Jacques, tendo todos os membros do departamento colaborado. O estágio decorreu no seguimento do Mestrado em Edição de Texto, de modo a completar a componente não letiva, contando com a orientação científica do Professor Doutor João Luís Lisboa.

A escolha do local de estágio, fugindo a um típico estágio numa editora, está relacionada com uma tentativa de estabelecer desafios e partir à descoberta do que é a edição de texto noutros objetos que não são livros e ambientes que não são editoras.

Além de apresentar as tarefas realizadas e os problemas e soluções inerentes a cada uma, o presente adquire também um papel de reflexão sobre o que é a edição de texto. Esta necessidade surge do facto de o estágio curricular não ter decorrido numa editora, revista ou jornal, mas numa entidade que não publica em nenhum desses meios. No entanto, foi possível realizar tarefas que costumam ser aplicadas à publicação de livros, revistas ou jornais, e pôr em prática a maioria dos conhecimentos adquiridos na componente letiva do mestrado, tal como outros conhecimentos provenientes da licenciatura anterior ao mestrado, em tradução.

O relatório é iniciado por uma breve introdução à Torre do Tombo e em como as suas atividades se relacionaram com a área de edição, contando, também, com os objetivos iniciais e métodos de trabalho. Segue-se uma reflexão sobre a edição, que é aprofundada através da demonstração e análise das tarefas realizadas (revisão, tradução, edição eletrónica, edição/publicação *online*, paginação e *design* editorial) ao longo dos três meses de estágio. Por fim, é realizada uma apreciação geral do estágio, tendo em conta os valores, conhecimentos e mais-valias partilhados e transmitidos.

I. A DGLAB, O DSIEQ E A TORRE DO TOMBO

O edifício da Torre do Tombo alberga o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas também a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

Para o trabalho a realizar durante este estágio era fundamental conhecer melhor a instituição. O ANTT contém cerca de 105 quilómetros de documentos de arquivo nos depósitos, que se encontram nos três últimos pisos do edifício organizados por períodos e na caixa-forte, onde são mantidos os documentos mais importantes e valiosos. Em tempos, era possível visitar os depósitos mas, atualmente, tais visitas não são disponibilizadas ao público. No entanto, fazendo parte da equipa durante os três meses de estágio, foi possível visitar as longas estantes repletas de documentos de arquivo pertencentes ao acervo do ANTT e ver como estes são organizados e catalogados, ficando a conhecer o processo de arquivagem.

Além disso, as visitas guiadas efetuadas ao público, que costumam acontecer apenas para exposições e espaços públicos e, por vezes, às áreas de digitalização e restauro, clarificaram o percurso dos documentos que chegam ao arquivo, desde a receção, ao tratamento, ao armazenamento e, finalmente, à consulta por parte dos leitores. Todas estas visitas foram importantes para conseguir perceber a função e a metodologia de trabalho do arquivo, conhecer as pessoas e tanto a imagem corrente da Torre do Tombo, como a imagem que pretende transmitir ao público e, ainda, muita da terminologia importante utilizada nas tarefas realizadas.

Outro departamento importante é o dos microfilmes, apesar de ser um suporte, hoje em dia, em queda devido ao surgimento da digitalização que permite a publicação virtual dos documentos que se espera mais duradoura, principalmente, no DigitArq¹.

A Torre do Tombo inclui, na área pública, uma loja física que vende materiais de outras instituições ligadas ao Ministério da Cultura ou de instituições entretanto extintas cujo património é aqui incorporado. São, também, vendidas produções editoriais históricas ou que estejam relacionadas com o ANTT de alguma forma. Nessa mesma área,

¹ Arquivos digitais disponíveis em: <https://digitarq.arquivos.pt/>

encontra-se um dos maiores focos deste estágio. Não sendo um museu, a Torre do Tombo realiza, normalmente, duas exposições em simultâneo com a duração de três meses cada. O salão de exposições acolhe exposições de grandes dimensões, com documentos, livros, pinturas, entre outros objetos do acervo do arquivo ou provenientes de parcerias. Os expositores à entrada do edifício são compostos por campânulas com documentos analógicos acompanhados por uma componente digital (ecrãs com imagens de documentos) e apresentam, geralmente, mostras documentais.

Contudo, o edifício conta com outros locais de exposições, como, por exemplo, uma exposição permanente da maquete do edifício, réplicas das conhecidas gárgulas que guardam a Torre do Tombo e outros objetos importantes espalhados pelo espaço que dizem respeito à sua história e à sua construção. No tempo em que decorreu o estágio foi necessário definir outro espaço de exposição fora da programação prevista.

1 · O ESTÁGIO NA TORRE DO TOMBO

As únicas edições e publicações físicas integralmente produzidas pelo ANTT são os guias de fundos, ou seja, documentos de arquivo de uma mesma proveniência, como, por exemplo, o Arquivo da PIDE, o Arquivo da Inquisição ou o Arquivo Salazar. Quanto a fac-símiles, edições críticas e outras publicações, são delegadas a várias editoras e gráficas através de concursos. Em 2009, surgiram as *Exposições Virtuais* no *website* do ANTT, que viriam a ter o papel de catálogos das exposições físicas e, também, de espaço de exposição virtual, com exposições independentes das dos espaços físicos.

O departamento específico onde o estágio decorreu, apesar de estar mais ligado à Direção de Serviços dos Arquivos, é um departamento geral a toda a DGLAB, no qual existem várias funções distribuídas entre os cinco membros da equipa: visitas guiadas, exposições, acolhimento de estágios/conferências/eventos, divulgações, publicações em *websites*, gestão da loja *online*, entre outras.

Ao incorporar este grupo, os objetivos iniciais eram aplicar os conhecimentos adquiridos na componente letiva do mestrado e conseguir demonstrar que os serviços e processos de edição são necessários em qualquer instituição. Outro objetivo passou por

modernizar e tornar mais atrativa a imagem do ANTT e, desta forma, ajudar a chamar a atenção de um público-alvo mais alargado. Estes objetivos estenderam-se a muitas das atividades e tarefas realizadas ao longo do estágio.

As tarefas do estágio na Torre do Tombo abrangeram, de modo geral, todas as fases da edição e com o intuito acima referido:

- ✓ revisão de textos, principalmente de folhas de sala e do *website* [150 Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal](#);
- ✓ edição de textos em suporte físico ou digital;
- ✓ conceção de *design* gráfico e editorial e paginação de folhas de sala, cartazes e convites para as exposições;
- ✓ conceção de um catálogo e uma folha de sala digitais através do software Anyflip;
- ✓ tradução de textos técnicos e pragmáticos, incluindo uma das folhas de sala e do *website* [150 Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal](#), entre outros;
- ✓ alguma edição eletrónica do *website* em Wordpress.

2 · MÉTODOS DE TRABALHO

Pela diversidade de tarefas realizadas no departamento, os métodos de trabalho foram diferentes para as diversas funções. No entanto, o seguinte método serve como uma representação geral para a maioria das tarefas (Tabela I).

Na preparação dos materiais gráficos para as exposições, havia muita liberdade para a realização do que fosse mais adequado a cada tema. Para tal, era necessária a maior quantidade de informação possível: o tema, o contexto, um pouco da história dos documentos, as imagens que deveriam constar nos materiais, entre outras informações importantes. Era por esta fase que começava o trabalho. O DSIEQ recolhia os materiais necessários, gráficos ou textuais, que eram a base para a elaboração de, normalmente, um cartaz, uma folha de sala e um convite. Por vezes, era ainda concebida uma folha de sala digital. Em primeiro lugar, era feita uma revisão do texto que constaria na folha de sala, que regressava à responsável pelas exposições, geralmente, quem as escrevia. Após acordado o texto final, eram elaboradas diferentes opções gráficas de abordar o tema que seguiam para o chefe do departamento e para a responsável pelas exposições para

avaliação e apreciação. De seguida, os materiais eram levados ao Diretor-Geral (à exceção dos da exposição *A Europa Começa Aqui: Marca do Património Europeu*, visto não estar a cargo da Torre do Tombo) para aprovação final e comentário. Na maioria das vezes, os comentários do Diretor-Geral eram relativos a alterações a implementar e, por fim, o processo estava concluído, sendo a maioria dos materiais impressa internamente.

II. EDIÇÃO EM CONTEXTOS DIFERENTES

A componente letiva do Mestrado em Edição de Texto centra-se predominantemente na edição de texto aplicada a livros, apesar de existirem disciplinas que trabalham e referem a edição de texto noutros contextos como revistas, jornais, folhetos, folhas de sala, ou mesmo publicações *online* e edições eletrónicas em *websites*. Contudo, foi já no estágio na Torre do Tombo que a edição se mostrou muito mais do que é normalmente pensada e transmitida, pois transcende, em larga medida, o próprio texto e manifesta-se em funções que vão para além de um típico editor de uma editora.

Segundo o *Dicionário do Livro* de 1988, editar seria “publicar uma obra ou qualquer outro tipo de impresso [...] por meio de impressão ou qualquer outra modalidade de reprodução gráfica” (Faria e Pericão, 1988: 109) e edição seria a “impressão [...] de uma obra ou texto para publicação” (Faria e Pericão, 1988: 105), o que remete apenas para publicações impressas, apesar de “noutra modalidade gráfica” poder dar a entender outras publicações não impressas.

Alargando os horizontes, em 2008, no *Dicionário do Livro*, pelas mesmas autoras, edição é já, também, um “conjunto de operações e passos prévios à publicação de qualquer obra” (Faria e Pericão, 2008: 425).

É de salientar a própria evolução dos títulos destas obras: em 1988, *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc.*; em 1999, *Novo Dicionário do Livro da Escrita do Multimédia*; e em 2008, *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Compreende-se a evolução dos conceitos de livro, editor e edição de texto e a necessidade de uma constante atualização destes termos.

Foi já referido o facto de este estágio ter sido realizado numa não-editora e não ser focado na edição ou publicação de livros. Contudo, todas as tarefas efetuadas durante o estágio pertencem ao processo de edição que seria esperado da edição de um livro. É sabido que a edição de texto não se limita a impressos, editoras, revistas ou jornais. O processo de edição de texto é importante para qualquer área e qualquer atividade que publique e comunique informação.

Todo o processo até à publicação do produto final, que engloba revisão, tradução, paginação, *design* gráfico, entre muitas outras etapas por que o texto pode passar fazem parte da edição, porque implicam pensar a legibilidade das informações a disponibilizar e os leitores a que se destinam. Todas estas atividades referidas modificam (editam) o texto, seja no seu conteúdo textual, com alterações gramaticais, linguísticas ou estilísticas ou na sua apresentação ao público, com a paginação e o *design* gráfico. Todos estes passos ajudam a moldar a mensagem que se pretende transmitir, dando-lhe ênfase através de estratégias como adicionar imagens ilustrativas ou colocar palavras a negrito, ajustar a construção frásica ou resolver problemas de ambiguidade, etc.

Mais uma vez, de acordo com Faria e Pericão, um editor de texto ou editor literário pode ser a “pessoa responsável pela preparação para publicação de um documento de que não é autor” (Faria e Pericão, 2008: 438). Estando o editor encarregue de uma publicação ou documento, o objeto trabalhado não é apenas um livro físico ou eletrónico, é, na verdade, uma publicação de qualquer natureza.

É possível encontrar, ainda no *Dicionário do Livro* de 2008, a definição de editor-tipógrafo, sendo alguém que não só edita uma publicação, como está encarregue da arte tipográfica da mesma.

Pelas palavras de José Pereira da Silva:

Editar pode ser o mesmo que publicar ou tornar público um livro ou alguma outra coisa, visto que, não se pode tornar pública qualquer coisa sem decidir qual a forma de disponibilizar o texto (sonora, linear escrita ou em imagens fixas ou em movimento etc.). Assim se amplia o sentido de editar porque se pode publicar um texto, lendo-o para um auditório; pode-se publicar uma tese, disponibilizando-a para consulta no banco de teses da universidade, que pode ser localizado em uma sala do prédio ou em um portal da Internet. A publicação de um texto [...] pode ser feita por meio de imagens reproduzidas pelo datashow em um auditório. (Silva, 2001: 135)

Deste modo, pode tomar-se o produto de edição como qualquer texto que esteja destinado ao público, sendo que pode, ou não, ser estritamente textual, visto ser igualmente possível transmitir a mensagem através de meios gráficos, imagens ou vídeos, entre outros. O importante da edição é começar com uma “matéria-prima em bruto” e, através do processo de edição, terminar com um objeto final claro, conciso e que chame a atenção do público-alvo, seja em que ambiente for (digital ou impresso).

Assim, foi possível aplicar todos os conhecimentos adquiridos na componente letiva do Mestrado em Edição de Texto no âmbito de um estágio que não diz respeito a livros e, muito menos, a uma editora. “A edição de um texto [...] é o seu preparo para ser publicado ou apresentado adequadamente ao público para o qual foi escrito.” (Silva, 2001: 137)

Dada a possibilidade de existirem limitações à realização das tarefas, um estágio de edição de texto numa não-editora pode parecer pouco adequado. No entanto, esta componente não letiva do Mestrado em Edição de Texto veio demonstrar que a edição de texto é necessária em qualquer instituição, já que engloba revisão, edição, tradução, paginação, *design*, entre muitas outras etapas de conceção de informação e o seu percurso até ao público. A edição de texto não trata apenas de livros e publicações físicas, trata também de publicações digitais e eletrónicas e, no fundo, qualquer suporte textual, ou mesmo não-textual, de comunicação de informação.

III. A EDIÇÃO NA TORRE DO TOMBO

1 · REVISÃO

A importância de um revisor é, na maioria das vezes, ignorada. É por essa razão que grandes marcas ou grandes autores, por vezes, publicam textos com erros ou ambiguidades desnecessárias. O papel do revisor é, em qualquer área de atuação, resolver problemas ou obstáculos que possam impedir uma comunicação clara entre o autor e o leitor. São profissionais de leitura treinados para detetar erros, preferencialmente perfeccionistas a quem nada escapa. Sem o olhar atento destes especialistas, a mensagem pode não passar ao leitor como o autor a pretende ou pode danificar a reputação de uma marca.

No âmbito das tarefas de revisão, foram encontrados vários tipos de revisão em vários ambientes. Deste modo, surgiu o dilema de que perfil de revisor utilizar para cada tipo e para cada ambiente com a possibilidade de demonstrar várias técnicas para cada um ou permanecer com a mesma, tendo em conta as necessidades, requerimentos e instrumentos disponíveis no local de estágio.

Desta forma, o revisor adota várias abordagens de acordo com o texto. A revisão pode passar apenas por resolver incorreções de gramática, pontuação, ortografia, entre outras. No entanto, o revisor pode (e, em muitos casos, deve) ir mais além e procurar resolver problemas a nível da consistência, coesão e coerência de um texto, garantindo a melhor comunicação possível. O revisor, no fundo, “assume o papel de primeiro leitor do texto de outrem” (Fidalgo, 2014: 20), já que os problemas que tem ao ler o texto, serão, certamente, os problemas que os leitores encontrarão aquando da publicação do mesmo.

Contudo, a posição do revisor não pode ser apenas de leitor, visto que um simples leitor se foca maioritariamente na mensagem que o autor transmite, não em problemas a nível linguístico, textual ou estilístico, e lê rapidamente, de maneira a que lhe escapam erros dessas mesmas naturezas. Um revisor tem de analisar o texto em quatro parâmetros: a palavra (erros ortográficos), a frase (incorreções gramaticais), o parágrafo (ambiguidades, problemas estilísticos, discursivos ou de consistência) e o texto (como um todo, resolvendo os problemas referidos nos parâmetros anteriores, segundo princípios de

coerência, coesão e consistência ao longo de todo o texto, conseguindo garantir a clareza da mensagem).

O revisor tem de incluir, a par das suas capacidades textuais, linguísticas e de pesquisa, um repertório de gramáticas e prontuários fiáveis, de forma a garantir que não introduz alterações no texto que possam agravar a dificuldade de leitura ou erros que não se encontravam no texto anteriormente, que se encaram como alterações problemáticas. As alterações desnecessárias dizem respeito à introdução de sinónimos ou paráfrases que são apenas preferências do revisor e não alterações inseridas por ordem de consistência.

Existem duas abordagens iniciais de revisão de um texto: realizar uma leitura inicial integral e, de seguida, proceder à revisão ou iniciar, de imediato, a revisão. Ambas as abordagens têm em conta diversos fatores, como, por exemplo, a experiência do revisor, o seu conhecimento sobre a área, a familiaridade com a escrita do autor, o tamanho do texto, o tempo de que dispõe, entre outros. Geralmente, a primeira abordagem é realizada por revisores com pouca experiência ou sem conhecimentos sobre o assunto do texto. No caso das revisões realizadas no estágio, foi escolhida a primeira abordagem, visto serem textos curtos e os temas retratados não serem conhecidos. No entanto, nesta primeira leitura sem assinalar quaisquer incorreções, procedeu-se a uma revisão mental, percebendo o estado do texto e os elementos que se demonstrariam possivelmente problemáticos, sendo algo que o leitor iria perceber mal lesse o texto. Após essa leitura, seguiu-se uma segunda revisão, mais lenta e atenta, assinalando as devidas correções e comentários.

Essas correções e comentários são destinados ao autor, se for a primeira prova, ou para o paginador com um texto limpo, se for a última prova. Neste caso, sendo possível contactar o autor no mesmo momento, os comentários foram transmitidos oralmente.

Existem dois ambientes diferentes em que é possível realizar a revisão e, por isso, também técnicas e preocupações diferentes entre ambos. A revisão em papel costuma requerer uma simbologia específica nas margens do texto referente ao erro em questão a tinta de cor forte (à exceção de dúvidas, que são assinaladas a lápis), sem ambiguidades e com caligrafia legível. No entanto, a revisão apenas em papel tem caído em desuso, com o surgimento de ferramentas eletrónicas de revisão e edição de texto. Existem várias abordagens à tarefa de revisão, em que estes dois ambientes se podem complementar. Um dos processos passa por ter o documento em papel (seja manuscrito ou impresso) e efetuar

as marcações em papel. A partir deste momento, esse documento pode ser entregue tal como está ou as correções podem ser passadas para um documento eletrónico que, por sua vez, é entregue. Outra abordagem, esta mais eletrónica e apenas recorrendo à utilização do computador, consiste em assinalar as correções diretamente no ficheiro digital através de *software* com a funcionalidade de registo de alterações. Ambos os processos foram utilizados no estágio, de forma a tentar perceber qual seria a melhor opção, tendo em conta o local e as pessoas envolvidas.

De acordo com a experiência com ambos os processos, a revisão mais eletrónica é a mais eficaz, hoje em dia, visto que se ganha bastante tempo com os corretores ortográficos incorporados no *software* de edição de texto e, também, porque as alterações terão de ser inseridas no documento eletrónico, seja qual for a fase da publicação. Logo, em vez do tempo despendido a assinalar manualmente e a utilizar a simbologia correta, é mais eficaz e eficiente aplicar as correções e comentários diretamente no texto através do *software* de registo de alterações (Tabela II).

1.1 Problemas e soluções

Apesar da variada natureza dos problemas encontrados na revisão dos textos, são apenas analisados os mais frequentes.

Foram eliminados todos os espaços duplos e espaços antes dos sinais de pontuação, que pareceu ser uma questão recorrente.

➔ Pontuação

Um dos problemas encontrados constantemente era relativo à categoria da pontuação, mais concretamente à falta de vírgulas. De acordo a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, a vírgula é aplicada de forma a isolar “qualquer elemento de valor explicativo” (Cunha e Cintra, 2002: 645) e advérbios, separar orações, entre outras utilizações. Muitas vezes, a vírgula é utilizada para marcar o ritmo de leitura, o que é possível encontrar em alguns dos mais conceituados autores literários portugueses. No entanto, sem se tratar de um texto literário, a clareza de um texto também é medida pela sua legibilidade. A leitura de frases longas (como, por exemplo, um parágrafo constituído por uma só frase) é

cansativa e, por vezes, dificulta a leitura, havendo falta de sinais de pontuação que permitam pausas momentâneas.

Deste modo, as correções efetuadas passaram não apenas pelas normas gramaticais da aplicação de vírgulas, como também em casos onde não seria considerado estritamente obrigatório e necessário, mas onde a sua presença foi considerada necessária por motivos de legibilidade.

➔ Itálicos e aspas (citações e títulos de obras)

Como é possível observar pelo Anexo I A., as citações eram grafadas em itálico, tais como os títulos de obras (como, por exemplo, *Fernão Lopes: Crónicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I – Antologia*). Em primeiro lugar, esta situação cria ambiguidade. O leitor pode aperceber-se e conseguir distinguir um título de uma obra de citações, porém, essa distinção não é simples e clara. Além disso, as aspas são utilizadas para delimitar uma citação. Entre outras coisas, nunca é mencionado que as citações devem ser grafadas em itálico, para além de discurso direto em língua estrangeira no meio do texto (que, por sua vez, pode vir acompanhado de aspas). Quanto aos títulos de obras, devem ser grafados em itálico “nas obras impressas” (Cunha e Cintra, 2002: 659), ou seja, em texto tratado através de computador e não escrito à mão.

Todas as situações foram regularizadas, corrigindo a grafia em itálico das citações para redondo e delimitando-as por aspas. No caso do Anexo I A., existiam citações com mais de três linhas. Apesar de a norma ser destacar passagens deste género do texto principal “num corpo menor, sem aspas e em redondo, alinhadas à esquerda pelo parágrafo, fechadas pela pontuação do trecho citado” (Fonseca, 2018 (a): 2), esta regra não foi seguida em todos os casos para fins estéticos de paginação.

Exemplo retirado do Anexo I A.:

(...) carta pela qual Fernão Lopes, por ser já *tam velho e fraco* (...)



(...) carta pela qual Fernão Lopes, por ser já “tam velho e fraco” (...)

→ Consistência (tempos verbais)

Outras inconsistências foram encontradas pelos vários textos revistos, tal como a alternância constante entre tempos verbais no mesmo parágrafo ou até na mesma frase. Tanto no Anexo I A. como no Anexo I B., é possível verificar a existência de passagens a serem iniciadas, por exemplo, pelo presente do indicativo, seguido do pretérito perfeito do indicativo e a serem terminadas com o presente do indicativo, novamente. Nalguns destes casos, o pretérito perfeito (por vezes, o imperfeito) do indicativo seria uma opção mais acertada, devido ao tema e à natureza dos textos: datas e feitos históricos. Apesar da existência do presente histórico na língua portuguesa, a utilização do pretérito perfeito e imperfeito do indicativo aquando das referências a acontecimentos passados, resultava melhor nestes casos devido à sua clareza e simplicidade de compreensão por qualquer tipo de leitor.

Exemplo retirado do Anexo I B.:

Em 1898, um voto popular **autoriza** a Confederação a legislar sobre questões criminais e, assim, harmonizar a prática dos 25 cantões. Um projeto do Código Penal Suíço **está** pronto em 1918. Tendo examinado a questão em detalhe, os especialistas **decidiram** excluir a pena de morte (...)



Em 1898, um voto popular **autorizou** a Confederação a legislar sobre questões criminais e, assim, harmonizar a prática dos 25 cantões. Um projeto do Código Penal Suíço **estava** pronto em 1918. Tendo examinado a questão em detalhe, os especialistas **decidiram** excluir a pena de morte (...)

Parece não existir um consenso entre a definição concreta de *ebook*. No entanto, apesar de algumas definições serem bastante abrangentes, as publicações tratadas neste capítulo não são publicações tipo livro. Logo, o termo *ebook* não será utilizado, devido à sua possível atribuição a publicações dessa natureza. As publicações eletrônicas que foram produto das tarefas do estágio não incluem nem são comparadas a livros digitais.

Existem três tipos de publicações digitais: as *offline* (normalmente, em formato PDF ou outro formato semelhante, que costumam ser distribuídas *online*, mas consumidas *offline*), as *online* (que são armazenadas na *cloud*) e as híbridas (publicações *offline* que incluem ligações para publicações *online*). Algumas publicações são já criadas em formato digital, enquanto outras provêm de outras origens e são adaptadas ao formato digital.

Outra forma de distinção entre publicações está relacionada com estratégias de remediação: a *immediacy* ou *transparent immediacy*, cuja representação visual da publicação digital vai ao encontro da representação visual do objeto físico, fazendo com que o leitor se esqueça do suporte, daí a transparência; e a *hypermediacy*, cuja representação visual não pretende imitar nenhum objeto e apresenta-se como o seu próprio meio e o seu próprio objeto, tirando partido do ambiente digital em que se encontra e acabando por salientar as suas diferenças e a sua opacidade.

As publicações eletrônicas vieram trazer novos modos de leitura e novos perfis de leitor. As diferenças entre ler num ecrã (seja este um computador, um telemóvel, etc.) e ler em papel (não apenas livro, mas qualquer suporte papel) encontram-se, principalmente, na velocidade da leitura, na atenção dada a essa mesma leitura, no seguimento da estrutura principal do texto, nas pausas na leitura, entre outras. O meio digital *online* pede textos mais curtos, de rápida compreensão, que não seja necessário refletir sobre a mensagem, devido às suas características: o tamanho do ecrã e, conseqüentemente, da letra, em alguns casos, mas, principalmente, da existência de hipertexto que desvia a atenção da estrutura primária do texto.

O hipertexto é, na verdade, o texto principal (que constitui o ponto de partida) que contém “distrações”, como, por exemplo, hiperligações, acabando por não existir uma sequência de ideias delineada. O termo hipermédia insere-se também no termo hipertexto, visto que o hipertexto liga texto a imagens, sons, entre outros. Por sua vez, transforma o leitor passivo dos livros, que se limita a ler o texto do autor, num leitor ativo, navegando pelos diversos caminhos (hiperligações, vídeos, etc.) que o autor ou editor do texto em meio digital traçou como opções para o leitor. Pelas palavras de Lourenço, o “hiperleitor” (nome que dá ao leitor em ambiente *online*) necessita de “velocidade, (...) destreza técnica, intuição, conhecimento relacional” (Lourenço, 2014: 9), dado que o leitor se vê, de repente, num labirinto de possibilidades entre imagens, vídeos, hiperligações, *websites*, textos relacionados, e uma pletora de outras possíveis adições ao texto principal.

2.1 Em contexto de *websites*

A edição eletrónica, ou edição *online*, está geralmente associada ao processo e às tarefas de edição em contexto *online*, que “implica a existência de tempo real, interactividade e soluções de aprendizagem constante” (Faria e Pericão, 2008: 434). É neste campo que todas as instituições com uma plataforma ou *website online* precisam do processo de edição e de um profissional multifacetado, visto que o editor neste âmbito, pode ser também um revisor. Na maioria das vezes, o editor/revisor não é o primeiro a ler os textos do *website*, ou seja, os textos encontram-se já publicados. Além dos textos em si, o revisor tem de se colocar no lugar não só de leitor, como de utilizador, o que o leva a testar hiperligações, animações, vídeos, etc.; no fundo, elementos extratextuais que, por vezes, fazem parte da mensagem.

A revisão do *website* 150 Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal seguiu estes mesmos princípios e processo, sendo as alterações (re)publicadas posteriormente na plataforma de Wordpress.

O papel de editor num *website* vai para além de rever as vertentes referidas anteriormente. Um editor eletrónico deve perceber o objetivo da mensagem que o *website* pretende transmitir ao público e toda a história da plataforma de forma a decidir o que

deve ser atualizado, o que deve constar ou não *online*, entre outras decisões que envolvam tomadas de decisão sobre a imagem, linguagem e mensagem do *website*.

Foi necessário ocultar algumas páginas e publicações do *website* 150 Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal, assim como alterar o discurso referente à menção dessas celebrações, visto terem tido lugar em 2017. O *website* continua a ser relevante como meio de divulgação de informações relativas à abolição da pena de morte, promovendo a educação e debate sobre o tema nas escolas ou a Carta de Lei da Abolição da Pena de Morte, enquanto Marca do Património Europeu. Apesar de talvez ser necessária a alteração do próprio nome do *website*, tal não foi possível devido às ligações, *keywords*, *tags*, etc., já inscritos com o nome do *website*, cuja ligação seria perdida se se alterasse o seu título.

Dado que funciona como a plataforma *online* principal para a Carta de Lei enquanto Marca do Património Europeu, o *website* teve de ser pensado como um sítio que não seria visitado e pesquisado apenas por portugueses. Portanto, e seguindo o exemplo das outras Marcas, a tradução do *website* foi um passo evidente. Tendo como base o Wordpress, a solução passou por instalar o *plug-in* que permite criar páginas multilingue, o Polylang. Após instalado, foram escolhidas as páginas mais relevantes para visitantes estrangeiros, duplicadas e traduzidas. Estas páginas são associadas às suas equivalentes da língua de partida, o que possibilita um fácil e rápido acesso a ambas as línguas.

No entanto, ainda em contexto de edição eletrónica, segundo Warwick (2003: 4, apud Lourenço, 2014: 10), edição eletrónica é “anything that is produced in a non paper based form”. Portanto, a edição eletrónica não se cinge apenas aos *websites*, podendo incluir outras publicações digitais e *online*.

2.2 Anyflip

A Torre do Tombo, mais concretamente o DSIEQ, utilizava já algumas ferramentas de edição e publicação *online* para criar folhetos e catálogos sobre os artigos à venda na loja e surgiu a oportunidade de experimentar e aprender a trabalhar com *software* específico de publicação *online*. Apresenta uma nova realidade da edição moderna e abre novas portas ao que é geralmente conhecido como edição e publicação.

O Anyflip apresenta uma tecnologia de conceção de *flipping books*. Permite transformar qualquer ficheiro PDF numa publicação digital e interativa, que costuma estar presente em folhetos *online* de hipermercados, passando ainda por catálogos ou até revistas. Este *software* tem a capacidade de imitar os efeitos naturais do papel, como o som e o movimento das páginas (estando este caso perto da transparência ou *transparent immediacy*). No entanto, através das diversas funcionalidades, é possível criar um produto com estratégias de *hypermediacy*, colocando hiperligações, vídeos incorporados, imagens *pop-up*, entre muitas outras possibilidades. Além da sua versatilidade, as publicações são facilmente acessíveis através de qualquer dispositivo, nunca perdendo as suas características e interatividade.

A folha de sala da exposição *A Europa Começa Aqui! Marca do Património Europeu* é um exemplo de uma estratégia entre *hypermediacy* e *immediacy*. Como qualquer produto do Anyflip, a sua base tem de ser um ficheiro PDF, que, neste caso, não é o mesmo da versão física da folha de sala, apesar de ser bastante semelhante. Do mesmo modo, tendo tanto a versão física como a digital os mesmos objetivo e função, ambas têm o mesmo modelo, tornando-as o mais visualmente próximas possível. O tamanho e formato têm origem no ficheiro PDF, e a forma como a publicação se desenrola, ou seja, como se passam as páginas é a mais próxima da versão impressa. Por outro lado, a presença de hiperligações, vídeos *pop-up* e outras “distrações” do texto principal, traduzem-se numa estratégia mais emergente e interativa para o leitor, que pode decidir entre os vários caminhos propostos para as diferentes Marcas do Património Europeu, por exemplo, com a disponibilidade de uma folha de sala bilingue através de um clique na bandeira do idioma pretendido.

É uma forma eficaz de se conseguir mais informação num só espaço, ao passo de um só clique, estando o leitor a utilizar a folha de sala digital para acompanhar a exposição ou apenas a consultá-la em casa, o que a torna versátil e bastante acessível, permanecendo na biblioteca do Anyflip. Está disponível em qualquer dispositivo através do *link*: <http://online.anyflip.com/kybc/hetz/>, ou do *QR Code*:



Após a publicação do documento na biblioteca *online* do Anyflip, é gerado um *QR Code* para cada publicação. O *QR Code* é um código bidimensional, semelhante a um

código de barras, mas que consegue conter muitas mais informações. Atualmente, é muito comum e pode ser visto em qualquer lado por ser um caminho fácil, direto e rápido para o *website* de uma marca ou outro destino. Os *QR Codes* das folhas de sala *online* foram colocados nos cartazes e diversos materiais das exposições, de forma a ser possível aceder à folha de sala eletrónica com um leitor de *QR Code* e navegar pela publicação à medida que acompanha a exposição, tal como se fosse a versão física.

Outra das publicações digitais realizadas neste estágio foi um catálogo para a mostra documental *Abolição da Pena de Morte: alguns exemplos europeus*. A folha de sala, neste caso, foi apenas física. No entanto, após a exposição, surgiu a necessidade de se realizar um catálogo que seria posteriormente publicado no *website* da Torre do Tombo. O resultado foi algo semelhante à folha de sala, utilizando o ficheiro PDF para impressão como base, ao qual foi adicionado o cartaz da mostra modificado como capa. O objetivo era incorporar toda a exposição como se o leitor estivesse fisicamente presente. Logo, a ideia de fotografar o espaço da exposição e incorporar essas fotografias no catálogo foi quase imediata. Sendo a base a folha de sala, que servia de guia para os documentos expostos, cada documento é ilustrado pela respetiva imagem. Todas estas imagens aparecem como *pop-up*, ao clicar em cada referência, sendo fácil de navegar pelo espaço virtual sem sair da mesma página, através do *link*: <http://anyflip.com/kybc/kivd/>.

Contudo, existe um problema com a digitalização das publicações. A população está cada vez mais envelhecida e, tendo em conta a instituição em questão, cujo maior interesse costuma ser por parte da população em idades mais avançadas, a utilização de opções mais eletrónicas conduz a desigualdades sociais. O objetivo é, certamente, trazer a população mais jovem ao arquivo e a interessar-se pelo que o ANTT tem para oferecer. Além disso, as publicações *online* são mais ecológicas e representam menos custos e uma menor utilização de recursos, que tem vindo a ser um problema que as instituições governamentais se têm esforçado para melhorar, principalmente no consumo de papel. No entanto, ambas as vertentes têm de ser tidas em conta. Assim, as folhas de sala das exposições foram pensadas em dois suportes: os *flipping books*, criados em Anyflip e acessíveis através de um *link* ou de um *QR Code*, e o papel.

Não existe certo ou errado no *design* editorial. Esta foi uma frase repetida ao longo da disciplina de Informática para a Edição. O *design* e a paginação são áreas que dependem sempre do estilo e do gosto do profissional, se lhe for garantida essa liberdade; variam, também, segundo os desejos do autor e do editor. Contudo, o mais importante é que se baseiam na análise e interpretação do *designer* sobre o público-alvo, a instituição proveniente e o objetivo da publicação. O produto final tem de representar e alargar a comunicação da informação e ter tanto significado quanto o texto integrante. Como, por exemplo, ao comparar dois cartazes de duas amostras documentais diferentes cujas bases eram documentos, é possível observar duas estratégias diferentes consoante o tema: as imagens de documentos digitalizados foram utilizados para o cartaz do Anexo III A., contudo, existiu a necessidade de se compor manualmente uma fotografia com os documentos para o Anexo VII, dada a natureza mais intimista da exposição.

Tudo isto é importante, mas não existem verdades universais nesta área. O *design* e a paginação são como a pintura ou a escultura: apesar de existirem noções-base e, em certos casos, passos a seguir estipulados pelo empregador/cliente, o resto é uma questão de criatividade, estilo próprio e interpretação.

“Si la conception graphique pouvait se résumer à un ensemble de règles, les programmes informatiques auraient vite fait de remplacer les graphistes” (Fays, s.d.: 1). No entanto, existem alguns princípios gerais que podem ser seguidos de forma a tornar o processo de conceção mais ágil, dinâmico e simples e a produzir um objeto inigualável.

Todos os projetos devem começar em esboços no papel (Anexo II) de modo a estabelecer a ideia inicial e principal que vai ditar o resto dos pormenores. Após essa ideia estar bem definida, podem ser avançados detalhes e passar o processo de criação para o computador, neste caso, utilizando o *software* Adobe InDesign, com auxílio de outros *softwares* de manipulação de imagem como o Adobe Photoshop, Gimp ou Inkscape.

3.1 Princípios fundamentais

É necessário ter em atenção fatores como a importância do equilíbrio estético, conseguido através da escolha de poucos tipos de letra diferentes, que sejam contrastantes mas não completamente extremos, ou seja, que tenham alguns elementos semelhantes para evitar a ocorrência de choques visuais; e conseguido, também, através dos tamanhos de letras proporcionais ao espaço que lhes é destinado: quanto maior a tela, maior pode ser o tamanho de letra. Todavia, se demasiado grande, preenche demasiado a página; se demasiado pequena, a informação pode ser perdida.

Outro dos fatores é a uniformidade de um projeto. Cada projeto tem de ter uma linha coerente que ligue, no caso de um livro, todas as páginas do mesmo de forma a saber-se um mesmo objeto ou, no caso de materiais para uma exposição, como a maioria dos projetos tratados neste estágio, estabelecer uma linha gráfica de base que seja aplicada nos cartazes, folhas de sala e *layout* geral da exposição. Por exemplo, a linha geral da mostra documental *Abolição da Pena de Morte* foi inspirada pela linha gráfica do *website* e de outra exposição anterior com a mesma temática, cujas cores presentes eram o branco, o preto e o vermelho, como é possível observar no Anexo III.

Um dos princípios gerais que foi aplicado em todos os projetos de paginação é o conceito da respiração do texto. Os espaços entre as colunas, as margens, ou outros elementos que se traduzem, geralmente, em espaços brancos e devem ser proporcionais ao texto, de forma a deixar um contraste suficiente entre mancha de texto e espaço em branco que permita o texto, os olhos e o leitor respirarem.

No entanto, este princípio torna-se difícil de aplicar em algumas publicações: grandes quantidades de informação a ser paginada em pouco espaço, devido a uma tentativa de utilizar menos papel para cada publicação (questões orçamentais). Este problema surgiu, por exemplo, na folha de sala da mostra documental sobre a abolição da pena de morte e na folha de sala da exposição *A Europa Começa Aqui! Marca do Património Europeu*. Uma das soluções foi diminuir o tamanho de letra o mais possível, ainda mantendo a legibilidade e o conforto de leitura (o primeiro caso, Anexo IV B.).

Outra solução passou por dividir o texto em duas colunas, o que reduz o espaço que o texto ocupa, no segundo caso (Anexo VI B.).

A legibilidade e conforto de leitura devem ser atingidos através de outras estratégias, como, por exemplo, o contraste entre a cor do texto e a de fundo, a não utilização de texto sublinhado e a eliminação de “viúvas” e “órfãs”, ou seja, palavras ou sílabas isoladas no final de uma linha. No entanto, esta última deve ser utilizada com cuidado e apenas quando possível, pois pode trazer problemas ao *layout* geral da página e, em caso de texto justificado, pode causar espaçamentos irregulares entre palavras, o que causa desconforto e uma estética indesejável.

Ainda no seguimento dos fatores que influenciam a leitura, o tipo de letra, além do seu tamanho anteriormente mencionado, pode fazer uma grande diferença. Normalmente, os tipos de letra serifados facilitam a leitura, logo, costumam ser utilizados para publicações mais longas como romances. Por outro lado, os tipos de letras não serifados são maioritariamente utilizados para títulos e subtítulos, publicações digitais e publicações com pouco texto, de modo a não cansar a vista do leitor. É possível encontrar outra diferença: a letra serifada remonta para uma estética mais antiga, enquanto a não serifada representa uma letra mais moderna, devido às características visuais de cada uma.

3.2 Obstáculos e soluções

Cada exposição na Torre do Tombo conta, normalmente, com uma folha de sala, um convite digital e um cartaz. Ao todo, realizaram-se três exposições no decorrer do estágio: a primeira foi uma mostra documental, *Abolição da Pena de Morte: alguns exemplos europeus*, cujas cores estavam já definidas, como já foi referido anteriormente; a segunda uma exposição de grande impacto, *Fernão Lopes: Guardador das Escrituras do Tombo*; e a terceira, *A Europa Começa Aqui! Marca do Património Europeu*, é uma exposição a ter lugar em três locais: na Torre do Tombo, no Promontório de Sagres e na Biblioteca da Universidade de Coimbra, sendo que os materiais são os mesmos para todas estas Marcas do Património Europeu.

Os projetos foram sempre desenvolvidos com bastante liberdade com apenas raras exigências predefinidas. No entanto, surgiram alguns obstáculos e limitações quanto à criação dos materiais.

Um obstáculo constante relacionou-se com a impressão realizada internamente, nas impressoras da Torre do Tombo e sem a intervenção de gráficas, devido à falta de orçamento para estas publicações. Este fator veio afetar a escolha do tipo e do tamanho de papel, dado que era limitada a papel branco, de 80 gramas, tamanho A4. Este obstáculo também se veio a sentir na utilização da cor, visto que cores mais fortes não poderiam ser uma opção. Portanto, o objetivo e a solução ao trabalhar com estas limitações eram criar publicações que não dessem a entender estas dificuldades.

Não sendo possível trabalhar com um papel ou tamanho que realçasse mais a qualidade de imagem ou chamasse mais a atenção, os cartazes foram criados para formato A4, já que a Torre do Tombo também tinha sítios destinados a estes cartazes e um tamanho maior não seria possível.

No caso das folhas de sala, o que existia na Torre do Tombo passava por uma (ou mais) simples folha A4, com um título, os logótipos e o texto corrido a preto. O objetivo inicial era criar folhas de sala mais fáceis de transportar e mais interativas, que chamassem a atenção para informações mais importantes, introduzindo também imagens e cor. Deste modo, surge a criação do formato livrete para a mostra documental *Abolição da Pena de Morte: alguns exemplos europeus* (Anexo IV B.). O formato A5 foi o escolhido, sendo apenas necessária uma dobra de folha A4 e agrafar. A escolha das colunas está relacionada com uma solução para minimizar o espaço, tendo acesso a cada expositor facilmente. A folha de sala para a exposição sobre Fernão Lopes (Anexo V B.) segue um pouco esta linha de pensamento. Contudo, o formato é mais pequeno, visto que as impressoras da Torre do Tombo não imprimem sem margens brancas e essas margens tiveram de ser cortadas, de forma a que o produto final tivesse uma estética semelhante à que seria vista na exposição: documentos da Torre do Tombo, não fosse o tema principal da exposição o Fernão Lopes enquanto guarda-mor. Foi essa outra razão pela escolha deste formato de espécie de livrete, onde se pode encontrar o retrato de Fernão Lopes repartido ao meio: a ideia de mostrar as duas vertentes mais conhecidas de Fernão Lopes, o cronista e o guardador das escrituras. O próprio efeito do papel pretende reproduzir uma folha com o carimbo da Torre do Tombo.

Quanto à exposição sobre a Marca do Património Europeu, sendo financiada pelo GEPAC, nasceu a oportunidade de se poder criar uma publicação que seguiu para uma gráfica. A responsabilidade desta folha de sala, devido à sua presença em vários pontos pelo país, era diferente das outras. Esta pedia uma versão bilingue, de fácil transporte e manuseamento, com um formato diferente e colorido, não fosse esta uma iniciativa da União Europeia. Assim, surge uma folha de sala em formato 1:1 (quadrado), repleta de cores fortes e vibrantes, num papel brilhante e forte, em tríptico, dobra sanfona ou acordeón (6 páginas, 2 dobras) e manuseamento vertical (Anexo VI B.).

Geralmente e de acordo com as palavras de Jaime Ceia em Moreira (2016: 47) “a escolha do formato é consequência do enquadramento cultural e da adequação ao público expectável”. No entanto, trabalhando em não-museus sem orçamentos para levar cartazes e folhas de sala a gráficas, é necessário adequar as condições a tudo o resto e criar possibilidades e hipóteses. A criatividade é estimulada pela necessidade de resolução de problemas.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da reflexão feita neste relatório, a edição de texto é um conceito em constante expansão, exploração e evolução. Consequentemente, inclui todas as tarefas e atividades expostas neste relatório, de modo a ter sido possível aplicar todos os conhecimentos adquiridos na componente letiva do Mestrado em Edição de texto.

Para além de terem sido atingidos os objetivos iniciais e de ter proporcionado novas experiências e realidades, o estágio na Torre do Tombo trouxe à luz o facto de a edição não ser afeta apenas a editoras, revistas ou jornais. A edição de texto começa com uma mensagem que será dirigida a um público e, a partir daí, é desencadeado um processo onde se realiza o que é necessário para que essa mensagem consiga transmitir os propósitos predefinidos da melhor maneira, pensando sempre no leitor.

Apesar da existência de obstáculos e limitações diferentes dos que se encontram ao trabalhar em editoras, como o caso do estágio tratado no presente relatório, a edição de texto em qualquer instituição revela-se muito importante quando incorporada nos departamentos de comunicação. Os conhecimentos, métodos de trabalho, meios, etc., podem ser limitados em locais que não estejam familiarizados com a edição de texto. Contudo, é por isso que a edição de texto pede profissionais versáteis, criativos e dispostos a criar soluções, enfrentar e enveredar por caminhos desconhecidos, até devido ao crescimento das publicações *online* e outras novas estratégias de publicação.

O objetivo de cumprir o desafio de utilizar e incorporar a edição de texto numa instituição que não era uma editora foi cumprido, demonstrando à DGLAB as vantagens da edição de texto de forma a definir uma maior sensibilidade quanto à mensagem que é transmitida ao público e a incorporá-la entre as suas tarefas e métodos de trabalho.

A edição de texto, mais do que uma atividade, é um processo. Pode (e deve) ser aplicada em qualquer área ou instituição, seja em qualquer uma das atividades do processo ou nos seus objetivos, ambos descritos neste relatório. Editar consiste em manipular a maneira como a informação chega ao público, adaptando-a de acordo com as exigências dos meios e mensagens. Afinal, editar é “dar à luz” (Faria e Pericão 2008: 437).

REFERÊNCIAS

Anyflip (s.d.). *About*. Consultado a 17.02.2019. Disponível em: <https://anyflip.com/about/>

Bringhurst, Robert (2004). *The Elements of Typographic Style*. Vancouver: Hartley & Marks, Publishers; 3rd version.

Butcher, Judith; Drake, Caroline; Leach, Maureen (2006). *Butcher's Copy-editing: The Cambridge Handbook for Editors, Copy-editors and Proofreaders*. Cambridge: Cambridge University Press, 4th edition.

Cunha, Celso; Cintra, Lindley (2002). Pontuação. In Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (pp. 639-650). Lisboa: João Sá da Costa, 17.º edição.

Cunha, Celso; Cintra, Lindley (2002). Verbo. In Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (pp. 377-532). Lisboa: João Sá da Costa, 17.º edição.

Faria, Maria Isabel; Pericão, Maria da Graça (1988). *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc.* Lisboa: Guimarães Editores.

Faria, Maria Isabel; Pericão, Maria da Graça (2008). *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Edições Almedina.

Fays, Élisabeth (s.d.). *Mise en page: conseils*. Disponível em: http://elisabeth.fays.pagesperso-orange.fr/cours/Cours_PDF/Miseenpageconseils.pdf e http://elisabeth.fays.pagesperso-orange.fr/cours/Cours_PDF/Miseenpagelettreetclassif.pdf

Fidalgo, Marta (2014). *Guia para Revisores de Texto: Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida*. (Trabalho de Projeto de Mestrado). Disponível do Repositório da Universidade Nova: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13518/1/Guia.para.Revisores.de.Texto.pdf>

Fonseca, Laura (a) (2018). *Citações, discurso direto e uso de aspas*, materiais disponibilizados pela Professora Laura Fonseca, no âmbito do Curso Livre “Técnicas Práticas da Edição e do Design Editorial”, ministrado na FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 19.03.2018 a 20.04.2018.

Fonseca, Laura (b) (2018). *Dificuldades/Particularidades do Português: Pontuação*, materiais disponibilizados pela Professora Laura Fonseca, no âmbito do Curso Livre “Técnicas Práticas da Edição e do Design Editorial”, ministrado na FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 19.03.2018 a 20.04.2018.

Fonseca, Laura (c) (2018). *Revisão de texto – Sinais e convenções*, materiais disponibilizados pela Professora Laura Fonseca, no âmbito do Curso Livre “Técnicas Práticas da Edição e do Design Editorial”, ministrado na FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 19.03.2018 a 20.04.2018.

Furtado, José (2003). *O Papel e o Pixel*. Disponível em Academia: http://www.academia.edu/630121/O_papel_eo_pixel

Lourenço, Ana (2014). *O Livro: Espaço Comum entre o Papel e o Digital* (Dissertação de Mestrado). Disponível no Repositório do ISCTE – IUL: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8984/1/2014_ESPP_DS_Dissertacao_AnaPatriciaLourenco.pdf

Loures Gráfica (s.d.). *Dobras e vincos*. Consultado a 18.02.2019. Disponível em: <http://www.louresgrafica.pt/impresao-grafica/vincos-dobras-impresao-grafica.php>

Moreira, Hugo (2016). *Formato: a decisão zero no design de livro* (Relatório de Estágio Curricular de Mestrado). Disponível em Repositório Comum.

NOSEQRET (s.d.). *Tudo Sobre QR Codes*. Consultado a 17.02.2019. Disponível em: <https://www.noseqret.pt/tudo-sobre-qr-codes/>

Peso, Nuria Del (5 de dezembro de 2011). *Revisão digital: renovar ou morrer* [artigo de blog]. Consultado a 05.02.2019 e disponível em: <http://toyoutome.es/pt/blog/correccion-digital-renovarse-o-morir/8021>

Silva, José Pereira da (2001). Como se faz a edição de um livro? In Cadernos do CNLF, Vol. XVI N.º 3, *Livro de Minicursos e Oficinas*. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/min_ofic/15.pdf

TABELA I

A tabela I representa os método e percurso geral para todos os trabalhos realizados, apesar de, no âmbito das funções fora do *design* e paginação, os documentos não passarem pelo Diretor-Geral e serem apenas avaliados e aprovados pelo chefe do DSIEQ.

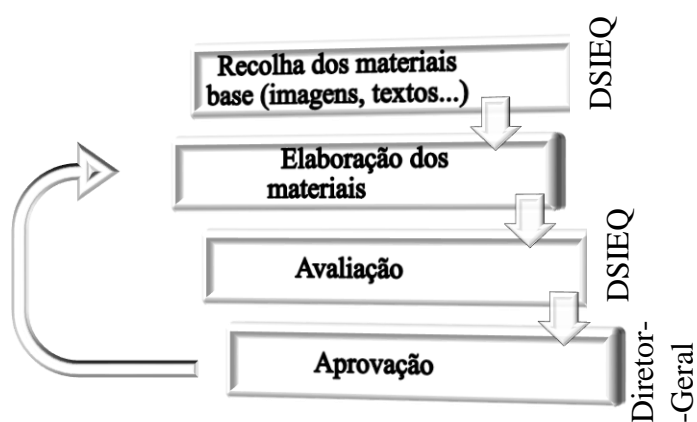


TABELA II

A tabela II expõe as principais diferenças entre a revisão em papel e a revisão em meio eletrônico.

Revisão em papel	Revisão eletrônica
Símbolos na margem e dentro do texto que terão de ser passados a computador, seja em qual for a fase do projeto	Registrar alterações (<i>track changes</i>) permite efetuar alterações, na hora, no documento digital
Revisão ortográfica manual	Revisão ortográfica automática
Revisão textual e gramatical manuais	Revisão textual manual, por vezes o revisor eletrônico inclui sugestões de agramaticalidades
Revisão de consistência e estilística manuais	Revisão de consistência e estilística manuais
O tempo tem de ser gerido entre as várias revisões (ortográfica, gramatical, textual, etc)	Mais tempo para resolução de problemas de natureza textual ou estilística e ambiguidades

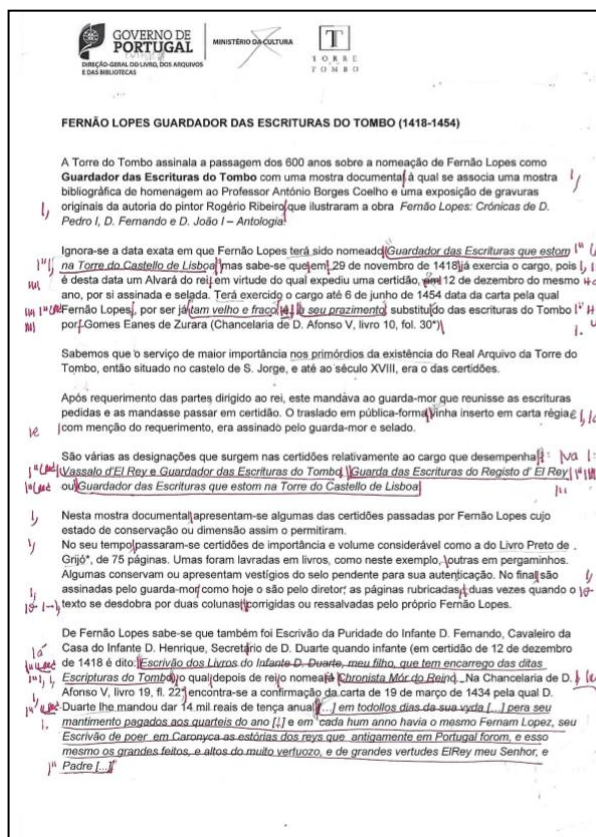
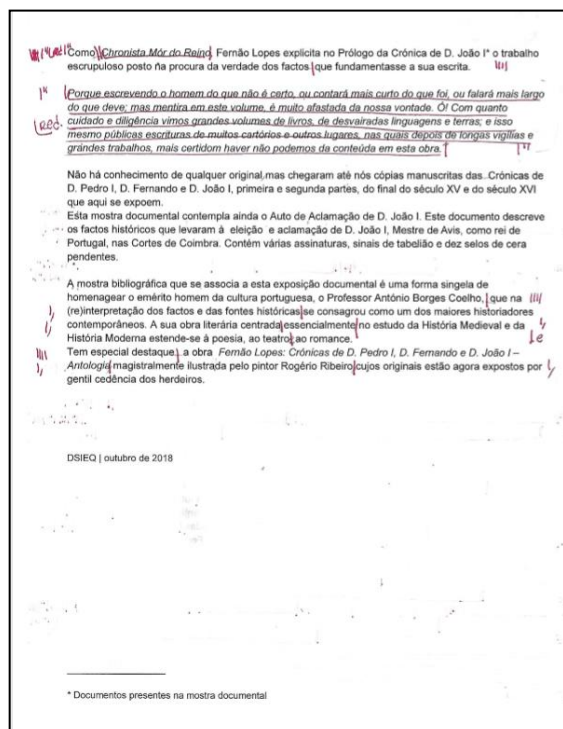
TABELA III

A tabela III ilustra as diferenças entre a leitura em suporte papel e em suporte digital/*online*.

LEITURA	
Papel	Digital/<i>online</i>
Apenas um texto principal	Hipertexto (texto principal com várias adições relacionais)
Mais atenta e mais lenta	Mais rápida, com possibilidade de se perder o foco no texto principal
Leitor passivo (lê apenas as palavras do autor)	Leitor ativo (pode decidir o seu próprio caminho entre os vários elementos)
Maior confortabilidade (meio mais descontraído, com menos elementos que precisam de atenção; o suporte é mais confortável aos olhos)	Menor confortabilidade (as infinitas possibilidades levam, normalmente, a mais tempo passado em redor do hipertexto e das suas ligações, criando stress; o ecrã cansa os olhos mais rapidamente)
Textos mais longos fazem mais sentido, não havendo outras ligações, sendo possível garantir o foco ao texto principal, sem cansaço ótico	Textos mais curtos fazem mais sentido, devido à sua extensão presente nas ligações relacionadas, o que leva a um menor cansaço e menor possibilidade se perder o foco
Maior imutabilidade e menor mobilidade (o processo de atualização tem de ser efetuado através de reimpressões ou reedições)	Menor imutabilidade e maior mobilidade (mais fácil e rápido atualizar os conteúdos e divulgá-los)
Normalmente, a leitura em papel pressupõe um processo de impressão anterior que se traduz em custos elevados	A leitura em ambiente digital não necessita de impressão, logo, é mais económica, rentável e ecológica , não necessitando de papel
O processo de acesso a informações relacionadas externas requer mais trabalho por parte do leitor e não é possível apresentar ficheiros multimédia	Maior e mais fácil acesso a grandes quantidades de informação relacionada externa e a possibilidade de apresentação de ficheiros multimédia
Maior manipulação (escrever nas margens, sublinhar, etc.)	Apesar de ser possível escrever nas margens e sublinhar em certos <i>softwares</i> de leitura, não acontece em todos os ficheiros e, certamente, em ambiente online

O Anexo I apresenta as primeiras provas manuais de revisão, visto que as seguintes provas foram efetuadas em ambiente digital.

A.



GOVERNO DE PORTUGAL
DIREÇÃO GERAL DO ARQUIVO NACIONAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
T O R E S
T O R E S

A ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE: alguns exemplos europeus
10 outubro 2018 | 19 janeiro 2019

A pena de morte ocupou um lugar proeminente nos sistemas penais dos países europeus do século XII ao século XIX. Segundo o sociólogo e jurista David Garland, a pena de morte corresponde a uma cultura de violência universalmente aceite e contestada.

Com raízes no humanismo racionalista do Iluminismo, onde se salienta pelo seu impacto histórico a obra de Cesare Beccaria, *Dos Delitos e das Penas* (Milão, 1764), muitos juristas defenderam, a partir das décadas finais do século XVIII, a elaboração de leis penais mais eficazes e dissuasoras, mas simultaneamente menos severas e mais respeitadoras da dignidade humana do que as executadas até então. A partir de meados do século XIX outros grandes doutrinários da causa abolicionista surgiram como Carl Joseph Anton Mittermeier, Charles Lucas ou o escritor Victor Hugo influenciando as reformas penais, que, com avanços e recuos, se vão fazendo nas várias nações europeias. Portugal, com a publicação da Lei da abolição da pena de morte em 1987, torna-se um dos primeiros países a inscrever no seu sistema legal uma lei de abolição da pena de morte para crimes civis, colocando-se na linha da frente dos países pioneiros da causa abolicionista. Destaca-se de outros países por nunca a ter revogado.

No âmbito da atribuição da Marca do Património Europeu à Carta de Lei da Abolição da Pena de Morte, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem promovido todo um programa para a sua divulgação e comunicação, nomeadamente por ocasião da celebração dos seus 150 anos (1887-2037). É nesse contexto que se insere a mostra documental que agora se apresenta e que resulta de um repto lançado aos arquivos europeus no sentido de se associarem a estas comemorações com documentação relacionada com os próprios percursos nacionais conducentes à abolição da pena de morte.

Os documentos aqui apresentados, a maior parte em formato digital, ilustram alguns dos percursos históricos, frequentemente com avanços e recuos, mais precoces ou mais tardios, de países como a Itália, Roménia, Bélgica, Suíça, Noruega e Bulgária. É lembrado o filósofo Cesare Beccaria e a sua obra emblemática *Dos Delitos e das Penas* e o caso precoce mas efêmero da abolição da pena de morte na Toscânia e o Código Leopoldino. E, por fim, a 10 de outubro se celebra o dia *Europeu contra a pena de morte*, uma iniciativa conjunta da União Europeia e do Conselho da Europa de 2007, lembrando que a pena de morte é contrária aos direitos fundamentais sobre os quais se alioçaram, são aqui mostrados alguns dos documentos que o instituem.

EXPOSITOR 1

BECCARIA, Cesare Bonesana, Marquês de - *Dei delitti e delle pene*. [Em linha]. Edizione sesta di nuovo corretta ed accresciuta. Harlem: Chez Molini, 1765.
Biblioteca Central de Marinha, Biblioteca Digital

Marquês de Beccaria, César Bonesana, cuja obra *Dei Delitti e delle pene*, publicada em 1764, adquiriu uma aceitação e divulgação raras vezes atingida por qualquer obra literária na história da cultura europeia, ao proclamar a ideia da injustiça e ineficácia da pena de morte, abria assim um espaço para uma revolução que abalaria a estrutura do sistema punitivo vigente em todas as nações da Europa, vindo a constituir-se como obra seminal para o direito penal moderno.

Toscânia

Retrato de Pietro Leopoldo Habsburgo-Lorena (Viena 1747-1792), *Granduca da Toscânia* (1765-1790), Imperador da Áustria (1790-1792)

Código Leopoldino, Art. 51 sobre a abolição da pena de morte. Emanado de Pietro Leopoldo de Habsburgo Lorena, Grão-Duque da Toscânia, em 30 de novembro de 1786
ASF, Segreteria di Gabinetto, Appendice, 62

O Duca da Toscânia aboliu a pena de morte em 30 novembro 1786 pela Reforma do Código penal conduzido pelo Grão-Duque Pietro Leopoldo, influenciado pela obra de Cesare Beccaria. A pena de morte voltou a ser instituída em 1790.

Itália

Jornal Monitore Romano, n.º 150, de 3 de julho de 1849 onde se publicam os *Princípios Fundamentais da Constituição da República Romana* que, no seu ponto 5, contempla a abolição da pena de morte

Biblioteca di storia moderna e contemporanea

A República Romana de 1849 (também conhecida como "Segunda República Romana" para não se confundir com a República Romana da época napoleónica (1798-1799)) estabeleceu-se como estado em 9 de fevereiro de 1849. Nascida no contexto das revoluções que convulsionaram toda a Europa, teve vida breve (de 9 de fevereiro a 3 de julho), devido à intervenção da França de Napoleão III. Porém, aquela república romana foi uma experiência significativa na história da unificação italiana, pelo encontro e confronto de muitas figuras do primeiro plano do Risorgimento, vindos de toda a península, como Giuseppe Garibaldi.

Em poucos meses, Roma passou da condição de estado entre os mais retrógrados e autoritários da Europa a veículo de novas ideias democráticas, fundamentando a vida política e civil sobre princípios como o sufrágio universal masculino, a abolição da pena de morte e a liberdade de culto que se tornariam realidade na Europa somente cerca de um século depois.

Em 1926 a Itália reintroduz a pena de morte para a abolir definitivamente pela Constituição de 1947.

Roménia

Regulamento Orgânico da Valáquia (Sul da Roménia), Art. 298: Cortar as mãos, a pena de morte, a tortura e o trabalho forçado são abolidos e não serão aplicados a partir de agora

The Organic Regulation of Wallachia, 13 July 1832. (Escrito em romeno no alfabeto cirílico)
Regulamentul Organic, Bucharest, 1832, page 1, 173-174. National Archives of Romania - Library, III 3334

Código Penal de 1865
National Archives of Romania, Fond Adunarea Electivă-Legislativă a Țării Românești, file 39

A Constituição de 1866
National Archives of Romania, Fond Ministerul Justiției. Colecția de legi, nr. 1/1866

O Regulamento Orgânico, uma proto-governança da Valáquia (Sul da Roménia), marcou a abolição de jure da pena de morte entre 13 de julho de 1831 e 11 de março de 1832, confirmada pela abolição de facto confirmada entre julho de 1831 e janeiro de 1834.

O Código Penal foi promulgado e publicado em 30 de outubro de 1864, mas só entrou em vigor em 1 de maio de 1865. A maior punição preconizada era a prisão perpétua. A Constituição de 1 de julho de 1866 estabelecia explicitamente que a pena capital não poderia ser restabelecida (art. 18).

Em 1859, a Valáquia e a Moldávia formaram um novo estado, a Roménia. Uma série de reformas foram iniciadas pelo chefe do novo Estado, Alexandru Ioan Cuza, na primeira metade da década de 1860, como a secularização dos bens monásticos, a reforma agrária e eleitoral, a abolição da escravidão, etc. A reforma introduziu um código penal coerente e moderno que, surpreendentemente para aqueles tempos, aboliu a pena de morte.

Com exceção de algumas punições militares abrangidas pelo Código Militar e colocadas em prática durante a Primeira Guerra Mundial, a pena capital não foi aplicada até 1938. Após esta data foi reintroduzida até 1990 (data em que foi abolida para todos os crimes).

EXPOSITOR 2

Bélgica

Carta de Victor Hugo ao jornal *L'Indépendance Belge*, de 26 de janeiro de 1862
expressando o seu apoio à causa abolicionista na Bélgica
Documento do State Archives Belgium

"A Bélgica pode, se quiser, tornar abruptamente, ela pequeno povo, a cabeça da civilização. Esta pobre Bélgica, que é Gália como a França, pode afirmar magnificamente a sua nacionalidade com uma exceção marcante, sendo a única sociedade humana que não tem esse sangue nas suas mãos de entre todos os governos [corta-cabeças (...)]. Será bom que os pequenos deem uma lição aos grandes."

Carta do J.S.G. Nypels dirigida a C.J.A. Mittermaier, em 8 de maio de 1866
Documento do arquivo da Universidade de Heidelberg

"Eu disse-lhe, acho que a pena de morte pode ser considerada abolida de fato na Bélgica. Com o atual ministro da Justiça, isso não é dividido, mas parece que o nosso jovem rei [Leopoldo II] é ele próprio da opinião do seu ministro e que gostaria que a sentença desaparecesse do Código Penal."

Lei de 10 de julho de 1996 estabelecendo a abolição da pena de morte. Publicada no jornal oficial a 1 de agosto de 1996, art. 2: "a pena de morte é abolida (...)"
Documento do State Archives Belgium

A abolição da pena de morte na Bélgica foi um processo lento. Depois de mais de cem anos da abolição de facto, a consagração da abolição da pena de morte para todos os crimes foi transposta para a Lei em 1996.

Suíça

Em 1874, sete cantões da Suíça acabaram com a pena capital. Naquele ano, os eleitores suíços aprovaram uma revisão parcial da Constituição e em particular o artigo 65, que declara a abolição da pena de morte. A Suíça não foi o primeiro país a dar esse passo (Portugal fez-o em 1867) mas foi o primeiro a consagrá-lo na constituição, em vez de simplesmente no direito penal.

Um aumento da criminalidade, incluindo uma série de assassinatos particularmente graves, incita um movimento popular a favor da reintrodução da pena de morte e numerosas petições nesse sentido são submetidas à Assembleia Federal em 1879. O eleitorado é chamado a pronunciar-se sobre o assunto. Em 18 de maio de 1879, os eleitores optam por revogar o artigo 65 da Constituição permitindo que cada cantão inclua novamente a pena de morte entre as suas sanções.

Petição ao Governo Federal para o restabelecimento da pena de morte, 1879
Documento dos Archives fédérales suisses

Iniciativa parlamentar da Assembleia Federal que proíbe a pena de morte para todos os crimes, incluindo os militares, 1992
Documento dos Archives fédérales suisses

Em 1898, um voto popular autoriza a Confederação a legislar sobre questões criminais e assim a harmonizar a prática dos 26 cantões. Um projeto de Código Penal Suíço está pronto em 1918. Tendo examinado a questão em detalhe, os especialistas decidiram excluir a pena de morte da lista de punições aplicadas. Muitos anos de debate parlamentar foram necessários, entretanto, antes que o projeto seja finalmente apresentado ao povo em 1938. Uma vez aceite, entrou em vigor em 1942, sinalizando a abolição de facto da pena de morte para a Suíça. Apenas em 1992 e após uma iniciativa parlamentar, a Assembleia Federal proíbe a pena de morte para todos os crimes.

Noruega

A lei criminal norueguesa em vigor até 1902 previa a aplicação da pena de morte tendo esta sido aplicada pela última vez em 1876. Na nova Lei Criminal de 1902, que entrou em vigor a partir de 1905, a aplicação da pena capital foi removida. No entanto, a pena de morte manteve-se em vigor no Direito Penal Militar. Durante a Segunda Guerra Mundial, as autoridades norueguesas emitiram regulamentação para a aplicação da pena de morte por traição, colaboração e crimes de guerra. Após a libertação em 1945, foram executadas as sentenças de morte de 24 noruegueses, 13 alemães e 1 dinamarquês. Em 1979, os regulamentos sobre a pena de morte foram removidos da Lei Penal Militar e, em 2014, a proibição da pena de morte foi incorporada à Constituição.

Carta do Departamento Norueguês da Amnistia Internacional ao Governo da Noruega, datada de 30 de abril de 1973
Referência de arquivo: RA / S-3212 Dh-240, Ot.prp. (projeto-de-lei-projeto-de-lei) n.º 45 (1978-79), arquivo n.º 3

O departamento norueguês da Amnistia Internacional solicitou ao governo que legislasse sobre a abolição da pena de morte na Noruega, também em tempo de guerra. Como justificativa, referia-se aos direitos humanos da ONU e ao facto de vários países europeus já terem abolido a pena de morte em tempo de guerra.

Declaração de Estocolmo sobre a abolição da pena de morte, de 11 de dezembro de 1977
Referência arquivística: RA / S-3212 Dh-240, Ot.prp. (projeto-de-lei-projeto-de-lei) n.º 45 (1978-79), arquivo n.º 3

Nota do Gabinete do Primeiro Ministro ao Ministério da Justiça sobre a Resolução Real de 8 de junho de 1979, de abolir a pena de morte tanto em tempo de paz como em tempo de guerra
Referência arquivística: RA / S-3212 Dh-240, Ot.prp. (projeto-de-lei-projeto-de-lei) n.º 45 (1978-79), arquivo n.º 3

Bulgária

Início do processo legislativo para a abolição de pena de morte com a Resolução de 20 de julho de 1990 da VII Grande Assembleia Nacional (GNA) da República da Bulgária
Referência: Central State Archives (CSA), f. 117, inv. 46, a.u. 1116

10-
144

Declaração da Amnistia Internacional [congratulado o Presidente da República da Bulgária, Zhelyu Zhelev, pela suspensão da aplicação da pena de morte]

Reference: Central State Archives (CSA), f. 1224, inv. 2, a.u. 767

A pena de morte foi introduzida na Bulgária em 21 de fevereiro de 1896. Era a pena aplicada para crimes de alta traição, assassinato do chefe de Estado ou crime premeditado. A resolução da VIIª Grande Assembleia Nacional, de 20 de julho de 1990 iniciou o processo legislativo para abolir a pena de morte neste país. O processo iniciado com a resolução da VIIIª Grande Assembleia Nacional foi completado em 10 de dezembro de 1998 quando a XXXVIIIª Assembleia Nacional adotou a lei da abolição da pena de morte na República da Bulgária, substituindo-a pela pena de prisão perpétua sem liberdade condicional.

EXPOSITOR 3

Criação do Dia Europeu Contra a Pena de Morte, 2007

15-16
164

Projeto de declaração conjunta da União Europeia e do Conselho da Europa sobre a criação de um Dia Europeu contra a pena de morte [C. a.] C. a.] C. a.] C. a.]

Arquivo do Conselho da União Europeia

14-15
15-16
164

Comunicado de imprensa após a 283ª sessão do Conselho de Justiça e Assuntos Internos de 6 e 7 de dezembro de 2007, sobre a criação do Dia Europeu contra a pena de morte a 10 de outubro de cada ano [C. a.] C. a.] C. a.] C. a.]

Arquivo do Conselho da União Europeia

Agradecimentos:

Giulia Barrera, Direzione generale per gli archivi, Itália
Archivio di Stato di Firenze

Radu Stancu, National Archives of Romania
Professor Dr. Mihail Gruzev, Sofia University [C. a.]

Karin Van Honacker, State Archives Belgium
Prof. Jérôme de Brouwer, Université Libre de Bruxelles

Christine Lauener, Swiss Federal Archives

Ole Gausdal, National Archives of Norway

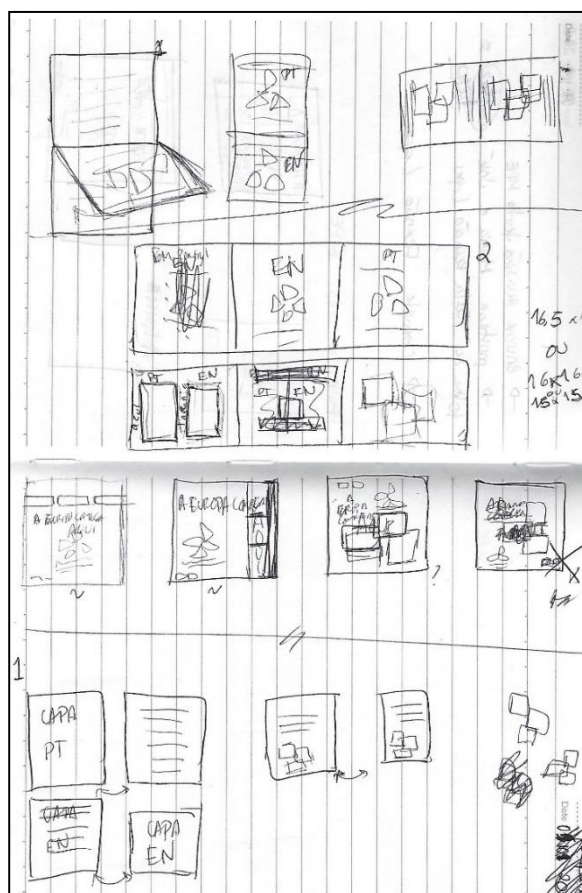
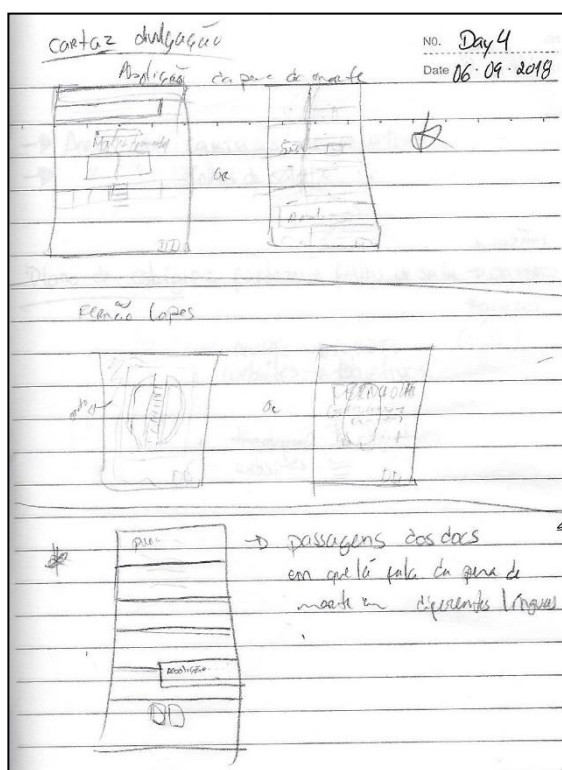
Dimitar Popov, Archives State Agency, Bulgária [C. a.]

Iolanda Mombelli, Council of the European Union, General Secretariat [C. a.]

DSIEQ, outubro, 2018

ANEXO II

Estes esboços são apenas uns exemplos dos esboços iniciais dos projetos. A primeira imagem representa os esboços dos cartazes das exposições sobre a abolição da pena de morte e sobre Fernão Lopes. A segunda os da folha de sala da exposição *A Europa Começa Aqui! Marca do Património Europeu*.



Linha gráfica da exposição sobre a abolição da pena de morte estava já predefinida por materiais elaborados aquando das celebrações dos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal, respetivamente, o cartaz da exposição ilustrativa e o *website*.



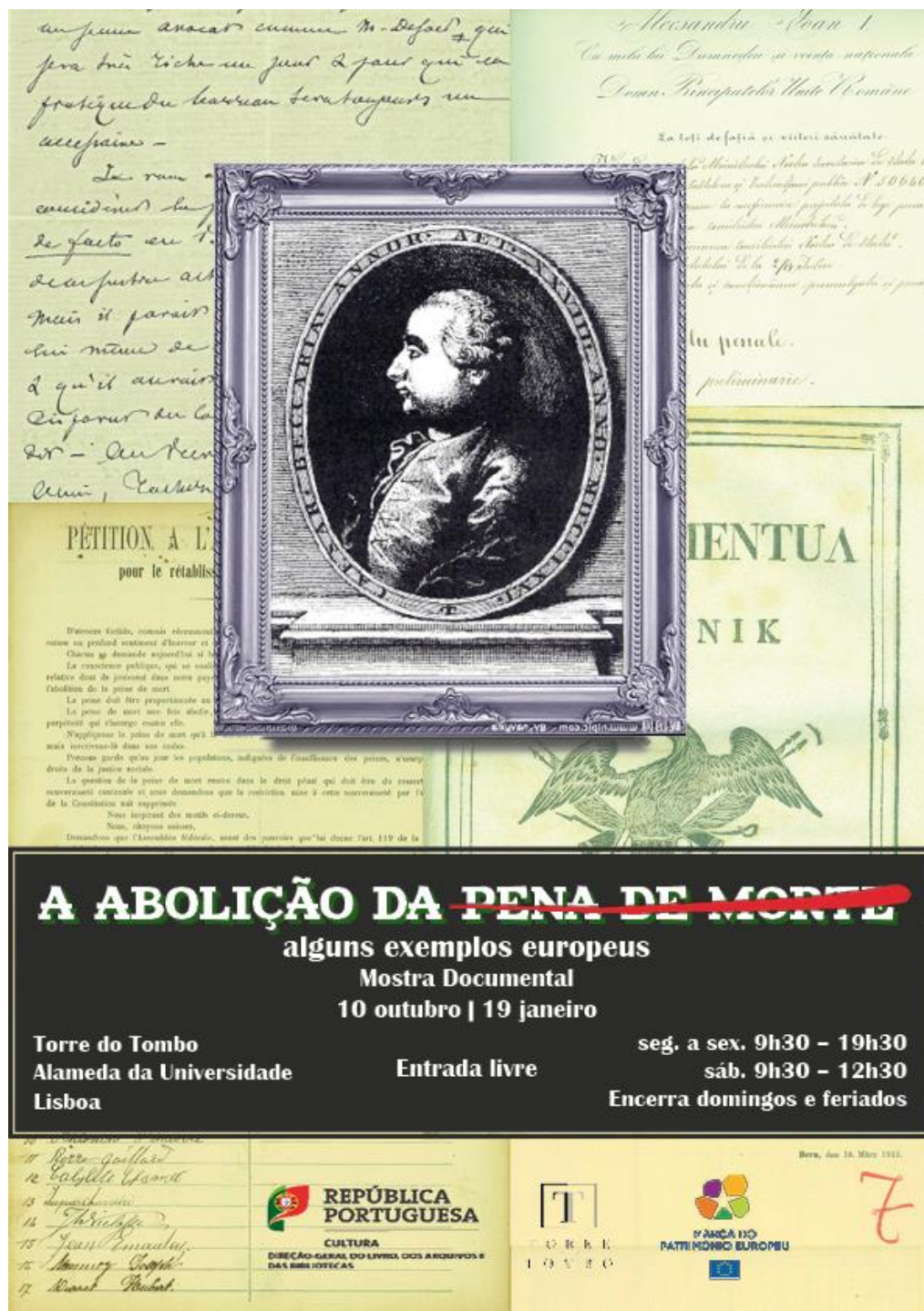
Fonte:

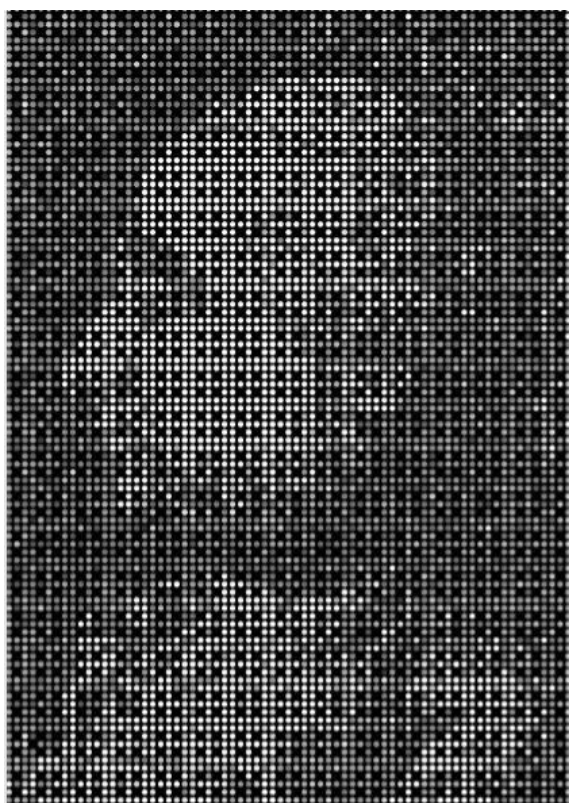
<https://www.juonline.pt/cultura/artigo/26333/memorias-da-batalha-la-lys-abolicao-da-pena-da-morte-exposicao-no-cpf.aspx>



Materiais gráficos da exposição *Abolição da Pena de Morte: alguns exemplos europeus*.

A.





ABOLIÇÃO DA ~~PENA DE MORTE~~

alguns exemplos europeus
Mostra Documental • 10 outubro | 19 janeiro

A pena de morte ocupou um lugar proeminente nos sistemas penais dos países europeus até ao século XIX. Segundo o sociólogo e jurista David Garland, a pena de morte corresponde a uma cultura de violência universalmente aceite e consentida.

Com raízes no humanismo racionalista do Iluminismo, onde se salienta pelo seu impacto histórico, a obra de Cesare Beccaria, *Dos Delitos e das Penas* (Milão, 1764), muitos juristas defenderam, a partir das décadas finais do século XVIII, a elaboração de leis penais mais eficazes e dissuasoras, mas simultaneamente menos severas e mais respeitadoras da dignidade humana do que as executadas até então. A partir de meados do século XIX, outros grandes doutrinários da causa abolicionista surgem, tal como Carl Joseph Anton Mittermeier, Charles Lucas ou o escritor Victor Hugo, influenciando as reformas penais, que, com avanços e recuos, se foram fazendo nalgumas nações europeias. Portugal, com a publicação da Lei da abolição da pena de morte em 1867, torna-se um dos primeiros países a inscrever no seu sistema legal uma lei de abolição da pena de morte para crimes civis, colocando-se na linha da frente dos países pioneiros da causa abolicionista. Destaca-se de outros países por nunca a ter revogado.

No âmbito da atribuição da Marca do Património Europeu à Carta de Lei da Abolição da Pena de Morte, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem promovido todo um programa para a sua divulgação e comunicação, nomeadamente, por ocasião da celebração dos seus 150 anos (1867-2017). É nesse contexto que se insere a mostra documental que agora se apresenta e que resulta de um repto lançado aos arquivos europeus, no sentido de se associarem a estas comemorações com documentação relacionada com os próprios percursos nacionais conducentes à abolição da pena de morte.

Os documentos aqui apresentados – a maior parte em formato digital – ilustram alguns dos percursos históricos, frequentemente com avanços e recuos, mais precoces ou mais tardios, de países como a Itália, Roménia, Bélgica, Suíça, Noruega e Bulgária. É lembrado o filósofo Cesare Beccaria e a sua obra emblemática, *Dos Delitos e das Penas*, e o caso precoce, mas efémero, da abolição da pena de morte no Grão-Ducado da Toscana e o Código Leopoldino.

E como a 10 de outubro se celebra o Dia Europeu Contra a Pena de Morte – uma iniciativa conjunta da União Europeia e do Conselho da Europa de 2007, lembrando que a pena de morte é contrária aos direitos fundamentais sobre os quais se alicerçam – são aqui mostrados alguns dos documentos que o instituem.



AGRADECIMENTOS

Giulia Barrera, Direzione generale per gli archivi, Itália
Archivio di Stato di Firenze

Radu Stancu, National Archives of Romania
Professor Dr. Mihail Gruev, Sofia University

Karin Van Honacker, State Archives Belgium
Prof. Jérôme de Brouwer, Université Libre de Bruxelles

Christine Lauener, Swiss Federal Archives

Ole Gausdal, National Archives of Norway

Dimitar Popov, Archives State Agency, Bulgaria

Iolanda Mombelli, Council of the European Union, General Secretariat

EXPOSITOR I

ROMÊNIA

Regulamento Orgânico da Valáquia (sul da Roménia), Art. 298: "Cortar as mãos, a pena de morte, a tortura e o trabalho forçado são abolidos e não serão aplicados a partir de agora (...)"

The Organic Regulation of Valachia, 13 July 1832. (Escrito em romeno no alfabeto cirílico)
Regulamentul Organic, Bucharest, 1832, page 1, 175-174,
National Archives of Romania - Library, III 3334

Código Penal de 1865

National Archives of Romania, Radu Aldulescu
Statutul-Legislativ a Terri Rumaniei, Dia 30

A Constituição de 1866

National Archives of Romania, Radu Aldulescu
Constitutie de 1866

O Regulamento Orgânico, uma proto-governança da Valáquia (sul da Roménia), marcou a abolição de jure da pena de morte entre 13 de julho de 1831 e 11 de março de 1832, sustentada pela abolição de facto confirmada entre julho de 1831 e janeiro de 1834.

O Código Penal foi promulgado e publicado em 30 de outubro de 1864, mas só entrou em vigor a 1 de maio de 1865. A maior punição preconizada era a prisão perpétua. A Constituição de 1 de julho de 1866 estabelecia explicitamente que a pena capital não poderia ser restabelecida (art. 18).

Em 1859, a Valáquia e a Moldávia formaram um novo estado, a Roménia. Uma série de reformas foi iniciada pelo chefe do novo Estado, Alexandru Ioan Cuza, na primeira metade da década de 1860, como a secularização dos bens monásticos, a reforma agrária e eleitoral, a abolição da escravidão, etc. A reforma introduziu um código penal coerente e moderno que, surpreendentemente para aqueles tempos, aboliu a pena de morte. Com exceção de algumas punições militares abrangidas pelo Código Militar e colocadas em prática durante a Primeira Guerra Mundial, a pena capital não foi aplicada até 1938. Após esta data, foi reintroduzida até 1989, data em que foi abolida para todos os crimes.

EXPOSITOR II

BÉLGICA

Carta de Victor Hugo ao jornal *L'Indépendance Belge*, de 26 de janeiro de 1862, expressando o seu apoio à causa abolicionista na Bélgica

Sosa Archives Belgium

"A Bélgica pode, se quiser, tomar abruptamente, ela pequena povo, a cabeça da civilização. Esta nobre Bélgica, que é Gália como a França, pode afirmar magnificamente a sua nacionalidade com uma exceção marcante, sendo a única sociedade humana que não tem esse sangue nas suas mãos de entre todos os governos corta-cabeças (...). Seria bom que os pequenos deem uma lição aos grandes."

Carta do J.S.G. Nypels dirigida a C.J.A. Mittermaier, em 8 de maio de 1866

Arquivo da Universidade de Heidelberg

"Eu disse-lhe, acho que a pena de morte pode ser considerada abolida de facto na Bélgica. Com o atual ministro da Justiça, isso não é duvidoso, mas parece que o nosso jovem rei (Leopoldo III) é ele próprio da opinião do seu ministro e que gostaria que a sentença desaparecesse do Código."

Lei de 10 de julho de 1996 estabelecendo a abolição da pena de morte. Publicada no jornal oficial a 1 de agosto de 1996, art. 2: "a pena de morte é abolida (...)"

Sosa Archives Belgium

A abolição da pena de morte na Bélgica foi um processo lento. Depois de mais de cem anos da abolição de facto, a consagração da abolição da pena de morte para todos os crimes foi transposta para a Lei em 1996.

EXPOSITOR II

SUIÇA

Em 1874, sete cantões da Suíça acabaram com a pena capital. Naquele ano, os eleitores suíços aprovaram uma revisão parcial da Constituição e, em particular, o artigo 65, que declara a abolição da pena de morte. A Suíça não foi o primeiro país a dar esse passo (Portugal fê-lo em 1867), mas foi o primeiro a consagrá-lo na constituição, em vez de apenas no direito penal. Um aumento da criminalidade, incluindo uma série de assassinatos particularmente graves, incitou um movimento popular a favor da reintrodução da pena de morte e numerosas petições nesse sentido são submetidas à Assembleia Federal em 1879. O eleitorado é chamado a pronunciarse sobre o assunto. Em 18 de maio de 1879, os eleitores optam por revogar o artigo 65 da Constituição permitindo que cada cantão inclua novamente a pena de morte entre as suas sanções.

Petição ao Governo Federal para o restabelecimento da pena de morte, 1879
Documento dos Arquivos 1669466 suíços

Iniciativa parlamentar da Assembleia Federal que proíbe a pena de morte para todos os crimes, incluindo os militares, 1992
Documento dos Arquivos 1669466 suíços

Em 1890, um voto popular autorizou a Confederação a legislar sobre questões criminais e, assim, harmonizar a prática dos 25 cantões. Um projeto do Código Penal Suíço estava pronto em 1910. Tendo examinado a questão em detalhe, os especialistas decidiram excluir a pena de morte da lista de punições aplicadas. Muitos anos de debate parlamentar seriam necessários, entretanto, antes de o projeto ser finalmente apresentado ao povo em 1930. Uma vez aceite, entrou em vigor a 1942, sinalizando a abolição de facto da pena de morte para civis na Suíça. Apenas em 1992 e após uma iniciativa parlamentar, a Assembleia Federal proibiu a pena de morte para todos os crimes.

EXPOSITOR II

NORUEGA

A lei criminal norueguesa em vigor até 1902 previa a aplicação da pena de morte, tendo esta sido aplicada pela última vez em 1876. Na nova Lei Criminal de 1902, que entrou em vigor a partir de 1905, a aplicação da pena capital foi removida. No entanto, a pena de morte manteve-se em vigor no Direito Penal Militar. Durante a Segunda Guerra Mundial, as autoridades norueguesas emitiram regulamentação para a aplicação da pena de morte por traição, colaboração e crimes de guerra. Após a libertação em 1945, foram executadas as sentenças de morte de 24 noruegueses, 13 alemães e 1 dinamarquês. Em 1979, os regulamentos sobre a pena de morte foram removidos da Lei Penal Militar e, em 2014, a proibição da pena de morte foi incorporada à Constituição.

Carta do Departamento Norueguês de Amnistia Internacional ao Governo da Noruega, datada de 30 de abril de 1973
RA: 5-2012 Dn-240, Grupp. n.º 45 (1978-79), arquivo n.º 3

O departamento norueguês da Amnistia Internacional solicitou ao governo, em 1973, que legislasse sobre a abolição da pena de morte na Noruega, também em tempo de guerra. Como justificação, foram referidos os direitos humanos da ONU e o facto de vários países europeus já terem abolido a pena de morte em tempo de guerra.

Declaração de Estocolmo sobre a abolição da pena de morte, de 11 de dezembro de 1977
RA: 5-2012 Dn-240, Grupp. n.º 45 (1978-79), arquivo n.º 3

Nota do Gabinete do Primeiro Ministro ao Ministério da Justiça sobre a Resolução Real, de 8 de junho de 1979, de abolir a pena de morte tanto em tempo de paz como em tempo de guerra
RA: 5-2012 Dn-240, Grupp. n.º 45 (1978-79), arquivo n.º 3

EXPOSITOR II

BULGÁRIA

Início do processo legislativo para a abolição da pena de morte com a Resolução de 20 de julho de 1990 da VII.ª Grande Assembleia Nacional (GNA) da República da Bulgária

Central State Archives (CSA), f. 127, inv. 46, n.º 1116

Declaração da Amnistia Internacional, congratulando o Presidente da República da Bulgária, Zhelyu Zhelev, pela suspensão da aplicação da pena de morte

Central State Archives (CSA), f. 1224, inv. 2, n.º 767

A pena de morte foi introduzida na Bulgária em 21 de fevereiro de 1896. Era a pena aplicada para crimes de alta traição, assassinato do chefe de Estado ou crime premeditado. A resolução da VII.ª Grande Assembleia Nacional, de 20 de julho de 1990 iniciou o processo legislativo para abolir a pena de morte neste país. O processo iniciado com a resolução da VII.ª Grande Assembleia Nacional foi completado em 10 de dezembro de 1998 quando a XXXVIII.ª Assembleia Nacional adotou a lei da abolição da pena de morte na República da Bulgária, substituindo-a pela pena de prisão perpétua sem liberdade condicional.

EXPOSITOR III

CRIAÇÃO DO DIA EUROPEU CONTRA A PENA DE MORTE, 2007

Projeto de declaração conjunta da União Europeia e do Conselho da Europa sobre a criação de um Dia Europeu Contra a Pena de Morte
Arquivo do Conselho da União Europeia, 12007.0.07 REV 1

Comunicado de imprensa após a 2838.ª sessão do Conselho de Justiça e Assuntos Internos de 6 e 7 de dezembro de 2007, sobre a criação do Dia Europeu Contra a Pena de Morte a 19 de outubro de cada ano
Arquivo do Conselho da União Europeia, 12005.07 (Pressa 275)

EXPOSITOR I

BECCARIA, Cesare Bonesana, Marquês de - *Dei delitti e delle pene*. [Em linha]. Edizione sesta di nuovo corretta ed accresciuta. Harlem : Chez Molini, 1766.
Biblioteca Central de Marinha, Biblioteca Digital

Marquês de Beccaria, César Bonesana, cuja obra *Dei Delitti e delle pene*, publicada em 1764, adquiriria uma aceitação e divulgação raras vezes atingida por qualquer obra literária na história da cultura europeia, ao propalar a ideia da injustiça e ineficácia da pena de morte, abrindo, assim, espaço para uma revolução que abalaria a estrutura do sistema punitivo vigente em todas as nações da Europa, vindo a constituir-se como obra seminal para o direito penal moderno.

GRÃO-DUCADO DA TOSCÂNIA

Retrato de Pietro Leopoldo Habsburgo-Lorena (Viena 1747-1792). Grão-Ducado da Toscana (1765-1790). Imperador da Áustria (1790-1792)

Código Leopoldino, Art. 51 sobre a abolição da pena de morte. Emanado de Pietro Leopoldo de Habsburgo Lorena, Grão-Duque da Toscana, em 30 de novembro de 1786
ASIN, Segreteria di Gabinetto, Appendix, 62

O Ducado da Toscana aboliu a pena de morte em 30 novembro 1786 pela Reforma do Código penal conduzido pelo Grão-Duque Pietro Leopoldo, influenciado pela obra de Cesare Beccaria. No entanto, a pena de morte voltou a ser instituída em 1790.

EXPOSITOR I

ITÁLIA

Jornal *Monitore Romano*, n.º 150, de 3 de julho de 1849 onde se publicam os Princípios Fundamentais da Constituição da República Romana que, no seu ponto 3, contempla a abolição da pena de morte
Biblioteca di storia moderna e contemporanea

A República Romana de 1849 (também conhecida como "Segunda República Romana" para não se confundir com a República Romana da época napoleónica [1798-1799]) estabeleceu-se como estado em 9 de fevereiro de 1849. Nascida no contexto das revoluções que convulsionaram toda a Europa, teve vida breve (de 9 de fevereiro a 3 de julho), devido à intervenção da França de Napoleão III. Porém, aquela república romana foi uma experiência significativa na história da unificação italiana, pelo encontro e confronto de muitas figuras do primeiro plano do Risorgimento, vindos de toda a península, como Giuseppe Garibaldi. Em poucos meses, Roma passou da condição de estado entre os mais retrógrados e autoritários da Europa a veículo de novas ideias democráticas, fundamentando a vida política e civil sobre princípios como o sufrágio universal masculino, a abolição da pena de morte e a liberdade de culto, que só se tornariam realidade na Europa cerca de um século depois. Em 1926, a Itália reintroduz a pena de morte para a abolir definitivamente na Constituição de 1947.

Materiais gráficos relativos à exposição *Fernão Lopes: Guardador das Escrituras do Tombo*.

A.



A mostra bibliográfica que se associa a esta exposição documental, em colaboração com a Editora Leya e o Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é uma singela homenagem ao emérito homem da cultura portuguesa, o Professor Doutor António Borges Coelho, que na análise e (re)interpretação dos factos e das fontes históricas, se consagrou como um dos mais eminentes historiadores contemporâneos. A sua obra, centrada essencialmente na História Medieval e na História Moderna, estende-se à poesia, ao teatro e ao romance. Tem especial destaque a obra *Fernão Lopes: Crónicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I - Antologia*, magistralmente ilustrada pelo pintor Rogério Ribeiro cujos originais estão agora expostos por gentil cedência dos herdeiros.

DSIEQ | outubro de 2018

TORRE DO TOMBO
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE, LISBOA

SEG A SEX 9H30 - 19H30
SÁB 9H30 - 12H30
ENTRADA LIVRE

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

TORRE TOMBO

© Pintura de Rogério Ribeiro

FERNÃO LOPES

GUARDADOR DAS ESCRITURAS DO TOMBO
(1418-1454)
31 OUTUBRO | 31 JANEIRO

A Torre do Tombo assinala a passagem dos 600 anos sobre a nomeação de Fernão Lopes como **Guardador das Escrituras do Tombo** com uma mostra documental, à qual se associa uma mostra bibliográfica de homenagem ao Professor Doutor António Borges Coelho e uma exposição de algumas das pinturas originais da autoria do pintor Rogério Ribeiro, que ilustraram a obra *Fernão Lopes: Crónicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I - Antologia*.*

Ignora-se a data exata em que Fernão Lopes terá sido nomeado "Guardador das Escrituras que estão na Torre do Castelo de Lisboa", mas sabe-se que exerceu o cargo entre 1418 e 1454 data da carta pela qual, por ser já "tam velho e fraco", foi, "a seu prazimento", substituído das escrituras do Tombo por Gomes Eanes de Zurara (Chancelaria de D. Afonso V, livro 10, fol. 30*).

Sabemos que o serviço de maior importância nos primórdios da existência do Real Arquivo da Torre do Tombo, então situado no castelo de S. Jorge, e até ao século XVIII, era o da passagem de certidões de autenticação de documentos.

Após requerimento das partes dirigido ao rei, este mandava ao guarda-mor que reunisse as escrituras pedidas e as mandasse passar em certidão. O traslado em pública-forma, que vinha inserido em carta régia e com menção do requerimento, era assinado pelo guarda-mor e selado.

São várias as designações que surgem nas certidões relativamente ao cargo que desempenhava: "Vassalo d'El Rey" e "Guardador das Escrituras do Tombo", "Guarda das Escrituras do Registo d'El Rey" ou "Guardador das Escrituras que estão na Torre do Castelo de Lisboa".

Nesta mostra documental, apresentam-se algumas das certidões passadas por Fernão Lopes cujo estado de conservação ou dimensão assim o permitiram, situadas num arco temporal de 1421 a 1452. No seu tempo, passaram-se certidões de importância e volume considerável como a do Livro Preto de Grijó*, de 75 páginas. Uma foram lavradas em livro, como neste exemplo, e outras em documentos individuais, em suporte pergaminho. Algumas conservam ou apresentam vestígios do selo pendente para sua autenticação. No final, são assinadas pelo guarda-mor, como hoje o são por quem detém o cargo de diretor, e as páginas rubricadas - duas vezes quando o texto se desdobra por duas colunas -, corrigidas ou ressalvadas pelo próprio Fernão Lopes.

De Fernão Lopes sabe-se que, em 1419, exerceu funções como escrivão dos livros de D. João I e, em 1422, surgiu como escrivão da puridade do Infante D. Fernando. Por este tempo, teria sido nomeado tabelião geral do reino, cargo para o qual estava especialmente habilitado por ser guarda-mor das escrituras. Foi igualmente cavaleiro da Casa do Infante D. Henrique e secretário de D. Duarte quando infante, o qual, depois de rei, o nomearia "Chronista Mór do Reino". Na Chancelaria de D. Afonso V, livro 19, fl. 22*, encontra-se a confirmação

da carta de 19 de março de 1434, pela qual D. Duarte lhe mandou dar 14 mil reais de tença anual "[...] em todollos dias da sua vyda [...] pera seu mantimento pagados aos quarteis do ano [...] e em cada hum anno havia o mesmo Fernan Lopez, seu Escrivão de poer em Caronyca as estórias dos reys que antigamente em Portugal foram, e esso mesmo os grandes feitos, e altos do muito vertuooso, e de grandes virtudes ElRey meu Senhor, e Padre [...]".

Como "Chronista Mór do Reino", Fernão Lopes explicita no Prólogo da Crónica de D. João I* o trabalho escrupuloso posto na procura da verdade dos factos que fundamentasse a sua escrita.

A sua narrativa não se faz sobre rumores da tradição oral e na narração das linhagens antigas, antes assenta sobre o rigor dos documentos escritos e o confronto de versões, colhendo, na influência do rigor dos seus officios de tabelião-mor e de guardador das escrituras do tombo, a exactidão e minúcia da escrita.

"Porque escrevendo o homem do que não é certo, ou contará mais curto do que foi, ou falará mais largo do que deve; mas mentira em este volume, é muito afastada da nossa vontade. O! Com quanto cuidado e diligência vimos grandes volumes de livros, de desvairadas linguagens e terras; e isso mesmo publicas escrituras de muitos cartórios e outros lugares, nas quais depois de longas vigílias e grandes trabalhos, mais certidom haver não podemos da conteúdo em esta obra."

Não há conhecimento de qualquer original, mas chegaram até nós cópias manuscritas das Crónicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, primeira e segunda partes, datadas do final do século XV e século XVI, que aqui se expõem.

Para além do valor historiográfico, a narrativa de Fernão Lopes ganha um lugar cimeiro na literatura portuguesa pelo movimento e riqueza que imprime à sua escrita, numa linguagem quase cinematográfica, nomeadamente nos capítulos onde situa as personagens e os acontecimentos de 1383-1385. Presente nesta mostra documental está o *Instrumento de Aclamação de D. João I**, onde se descrevem os factos históricos que levaram à eleição e aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal, nas Cortes de Coimbra de 1385. Trata-se de um documento em pergaminho de grande dimensão que contém várias assinaturas, sinais de tabelião e dez selos de cera pendentes, sendo o selo central do concelho de Coimbra.

*Documentos presentes na mostra documental

C.

O Diretor-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Silvestre de Almeida Lacerda, tem a honra de convidar V. Exa. para a inauguração da exposição

FERNÃO LOPES
GUARDADOR DAS ESCRITURAS DO TOMBO

30 DE OUTUBRO | 18H00
Torre do Tombo
Alameda da Universidade, Lisboa

 REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

 TORRE TOMBO

© Pintura de Rogério Ribeiro

The poster features a textured, parchment-like background. On the right side, there is a partial portrait of a man in a dark cap and garment. The text is centered and uses a mix of bold and regular fonts. Logos for the Portuguese Republic and the Torre do Tombo are at the bottom, along with a copyright notice for the portrait painting.

Materiais relativos à exposição *A Europa Começa Aqui! Marca do Património Europeu*.

A.

**A EUROPA
COMEÇA
AQUI!**

**MARCA DO
PATRIMÓNIO EUROPEU**

**2018
ANO EUROPEU
DO PATRIMÓNIO
CULTURAL**
#EuropeForCulture

**4 de dezembro
a
26 de fevereiro**

**Torre de Tombo
Alameda da Universidade
Lisboa**

**seg. a sex. 9h30 – 19h30
sáb. 9h30 – 12h30
Encerra domingos e feriados**

Entrada livre

Com o apoio de:

GEPAC
GABINETE
DE ESTRATÉGIA,
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
CULTURA
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E
DA BIBLIOTECAS

T
T O R R E
T O M B O

A Marca do Património Europeu (MPE) é uma iniciativa da União Europeia lançada em 2011 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

Os objetivos gerais da Marca do Património Europeu consistem em reforçar o sentimento de pertença à União Europeia por parte dos seus cidadãos, em especial dos jovens, com base nos valores e elementos comuns da história e do património cultural, valorizar a diversidade nacional e regional e incrementar o diálogo intercultural. Em prol desses objetivos, a MPE procura realçar o valor simbólico e dotar de maior visibilidade os locais, eventos ou períodos que desempenharam um papel significativo na história e na cultura da Europa ou na construção da União Europeia.

A MPE distingue-se de outras iniciativas no âmbito do património cultural como a Lista do Património Mundial da UNESCO, a Convenção sobre o Património Cultural Imaterial da UNESCO ou os Itinerários Culturais do Conselho da Europa. Não se trata, pois, do reconhecimento da beleza e valor arquitetónico dos Sítios, mas antes do seu valor simbólico. Não se trata de garantir a sua conservação, mas de garantir a oferta das atividades de divulgação, na sua dimensão pedagógica, especialmente dirigidas aos jovens.

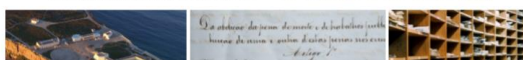
A história da edificação desses valores, sejam eles o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito ou o respeito pelos direitos humanos, encontra-se

Desde a sua implementação, 38 Sítios foram já distinguidos com a Marca do Património Europeu.

materializada em diferentes expressões patrimoniais dos diversos países europeus.

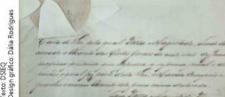
Não obstante a sua diversidade e pluralidade – do património natural ao documental, passando pelo património urbano, industrial ou arqueológico –, todos estes Sítios celebram e representam, simbolicamente, o ideal da integração europeia. Pela edificação e referenciação de uma cultura e de uma memória histórica, a MPE procura gerar e reforçar, nos cidadãos europeus, sentimentos de pertença, identidade e coesão fundamentais para o exercício de uma cidadania transnacional ativa e consciente dos desafios que o projeto europeu enfrenta, enquanto espaço de liberdade, democracia e respeito pelos Direitos Humanos.

Atualmente, Portugal conta com 3 Sítios MPE, designadamente, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, que se destaca por ter sido uma das primeiras bibliotecas na Europa a organizar o seu acervo em catálogos temáticos para consulta e permitir o acesso a livros proibidos, mesmo durante o regime de Salazar; a Cartá de Lei da Abolição da Pena de Morte (1867),



que consagra o direito à vida e coloca Portugal como um dos primeiros países europeus a inscrever, no seu sistema legal, uma lei de abolição da pena de morte para crimes civis, e o Promontório de Sagres, finisterra de grande riqueza cultural e histórica e localização estratégica evocativa de um período marcado pela expansão da cultura, da ciência, da exploração e do comércio europeu à escala mundial, que veio a caracterizar o mundo moderno.

Reforçando as palavras do Comissário Europeu, Tibor Navracsics, responsável pela Educação, Cultura, Juventude e Desporto, convidamos-vos a descobrir estes Sítios e a observar como alguns deles representam o nosso caminho para a união ou a nossa luta pela paz, enquanto outros marcam a nossa busca de conhecimento ou estiveram na vanguarda da criação da nossa herança histórica. Todos eles têm um lugar crucial na nossa trajetória partilhada de liberdade e de democracia.



Promontório de Sagres
<http://promontoriosagres.pt/>
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
<https://www.ucp.pt/bguc/>
Carta de Lei da Abolição da Pena de Morte
<http://150anosdaabolicaoapenademorteemportugal.digib.gov.pt/carta-de-lei/>

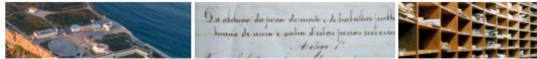


Since its implementation, 38 Sites have already been recognised by the European Heritage Label.

patrimonial expressions in the different European countries.

Despite its diversity and plurality – from natural to documental heritage, also featuring urban, industrial or archaeological heritage –, all Sites celebrate and symbolically represent the ideal of European integration. In order to build and reference a culture and a historical memory, the EHL seeks to generate and strengthen the sense of belonging, identity and cohesion in European citizens. These feelings are essential to an active transnational citizenship, conscious of the challenges the European project faces as a place of **freedom, democracy and respect for the Human Rights**.

Currently, Portugal has 3 EHL Sites, namely, the **General Library of the University of Coimbra**, which stands out for being one of the first libraries in Europe to organise its collection in subject catalogues and to allow access to forbidden books, even during the dictatorship regimen of Salazar; the **Charter of Law of Abolition of the Death Penalty (1867)** which grants the right to life



later characterizes the modern world.



O Diretor-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, Silvestre Lacerda, e a Diretora-Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Fernanda Heitor, têm o prazer de o/a convidar para a inauguração da exposição

“A Europa Começa Aqui! Marca do Património Europeu”,

a ter lugar no dia **4 de dezembro**, pelas **19h00**, no **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**.

Esta exposição, integrada na programação do Ano Europeu do Património Cultural, mostra os 38 sítios Marca do Património Europeu, três dos quais portugueses.

Digna-se estar presente S. Exa. a Senhora Ministra da Cultura.



Com o apoio:
GEPAC
GABINETE DE ESTRATÉGIA,
PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
CULTURA
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E
DAS BIBLIOTECAS



Materiais gráficos da exposição *Dona Maria da Glória: Um Registo Intimista.*

A.



B.

